



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

ROBERTO MAURO GUARDA

**PLANEJAMENTO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS – CONTRIBUIÇÕES AO
PROCESSO**

**PALMAS
2020**

ROBERTO MAURO GUARDA

**PLANEJAMENTO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS – CONTRIBUIÇÕES AO
PROCESSO**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), na Linha de Pesquisa Currículos Específicos de Etapas e Modalidades de Educação, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosilene Lagares.

**PALMAS-TO
Dezembro, 2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

G914p Guarda, Roberto Mauro Guarda.
 PLANEJAMENTO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO E
 IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO
 TOCANTINS – CONTRIBUIÇÕES AO PROCESSO. / Roberto Mauro
 Guarda Guarda. – Palmas, TO, 2020.

105 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do
Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-
Graduação (Mestrado) Profissional em Educação, 2020.

Orientadora : Rosilene Lagares Lagares

1. Plano Estadual de Educação . 2. Políticas educacionais. 3.
Estado do Tocantins . 4. PPGE/UFT. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde
que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica
da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

ROBERTO MAURO GUARDA

**PLANEJAMENTO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS – CONTRIBUIÇÕES AO
PROCESSO**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), na Linha de Pesquisa Currículos Específicos de Etapas e Modalidades de Educação, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosilene Lagares.

Data da Avaliação: 21/12/2020

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Rosilene Lagares (PPGE/UFT)
Orientadora e Presidente da Banca

Prof.^a Dr.^a Kátia Cristina Custódio Ferreira Brito (PPPGE/UFT)
Avaliadora Interna

Prof.^a Dr.^a Maria José de Pinho (PPGE/UFT)
Avaliadora Externa

Dedico à minha mãe Romilda Budke (*in memoriam*), por ter dito a mim, numa manhã fria de inverno, que gostaria de um dia me ver professor e, mesmo que em vida, não tenha visto, colocou dentro de mim forças para a superação nos momentos difíceis, confesso não estar ainda convencido, mas parece que levo jeito para a coisa, tenha certeza que procuro dar o meu melhor todos os dias em sala de aula. Essa é para senhora “*ainda sinto seu cheiro*”, seus olhos tão azuis expressavam sua força, meiguice e doçura, quanta saudade, onde estiver, esteja em paz.

AGRADECIMENTOS

À Deus, sabedoria máxima do Universo, pela vida e por proporcionar harmonia tão bela em tudo.

Aos meus pais, Ricardo Reineri e Romilda Budke Guarda, pela educação oferecida, pela força demonstrada, pelo exemplo de vida e pelo amor incondicional sempre tão claramente demonstrado, por terem criado os filhos, mesmo com tantas dificuldades, e capacitado todos para enfrentar a vida de forma tão clara e sábia.

Aos meus irmãos, Rose Mari, Rilda Maria, Rildo Marcos, Ronaldo Márcio e Rosane Marinêz Guarda, por serem tão especiais, pelos momentos vividos desde a infância (pena que crescemos), por terem me ensinado tanto durante o tempo que vivemos juntos, somos todos capacitados para superação desde o berço, também por me suportarem, em alguns momentos pareço me tornar de difícil convivência em vários sentidos, meus sinceros agradecimentos, que time interessante formamos juntos, devemos sempre cultivar o respeito e a amizade uns pelos outros, sinto um amor extremo por todos vocês.

À minha esposa, Simone Dutra Martins Guarda, por sempre incentivar a estudar e por entender a necessidade de evolução.

Aos meus filhos, Sara Martins Guarda e Vitor Roberto Martins Guarda, pelo afeto e por serem fonte de inspiração, pela compreensão em relação à minha ausência para o trabalho e estudos, especialmente, nas dificuldades, penso sempre em vocês.

À Prof.^a Dr.^a Rosilene Lagares, minha Orientadora, por demonstrar tanta paciência e pelo apoio em todos os momentos, orientação, suporte teórico e metodológico, por preocupar-se sempre em formar o melhor possível e, também, pelo carinho e amizade, por receber-me em sua casa para orientação, meus sinceros agradecimentos.

Aos professores doutores Damião Rocha, Maria José de Pinho, Eduardo de Cezari, Vânia Passos, Marlucci Zacarióti e Denise Capuzzo, pela enorme contribuição em todo o processo de aprendizagem.

À Prof.^a Dr.^a Maria José de Pinho, por receber-me em sua casa para orientação no artigo da disciplina, por ser tão forte, guerreira e por sua luta, que exemplo, que luta, dá gosto estar em sua presença, sua casa é inspiradora e deveria ser tombada como Patrimônio da Humanidade.

Aos meus professores do ensino fundamental, Gertrudes, Irmã Geni, Marisa, Maria Elite Missio, José Vanelli Pinheiro, pela dedicação e presteza na expressão do conhecimento, a todos muita gratidão e todo o respeito que puder sempre expressar.

A todos que de alguma forma contribuíram para minha educação, formação enquanto homem e profissional (foram tantos), pessoas humildes que, muitas vezes, por gestos tão simples me ensinaram tanto e me incentivaram a nunca desistir, é muito difícil citar e lembrar de todos.

RESUMO

GUARDA, Roberto Mauro. **Planejamento no campo da educação e implementação do Plano Estadual de Educação do Tocantins – contribuições ao processo.** Trabalho de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPPGE). Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, TO, 2020.

O presente Trabalho de Mestrado situa-se na Linha de Pesquisa “Currículos Específicos de Etapas e Modalidades de Educação, do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação, da Universidade Federal do Tocantins. Tem como tema planejamento educacional e Plano Estadual de Educação do Tocantins. Problemática como tem se dado o processo de planejamento no campo da educação no Brasil e como está o processo de implementação do Plano Estadual de Educação do Tocantins. Nesse sentido, tem por objetivo geral compreender o processo de planejamento no campo da educação e aspectos da implementação do Plano Estadual de Educação do Tocantins no período de 2015 a 2020. Assenta-se em pesquisa bibliográfica e documental, com a obtenção de documentos em âmbito nacional e estadual. Ambas, para abordar as intencionalidades em disputa acerca do planejamento de políticas públicas no processo de institucionalização da educação brasileira, com as diferentes perspectivas que permearam e permeiam esse planejamento; as concepções e conceitos na vasta produção de normas e documentos com diretrizes e orientações para o planejamento da educação. A pesquisa apresenta enfoque nas políticas públicas, especialmente relacionadas ao contexto histórico da normatização das políticas educacionais que contribuíram para a construção do Plano Nacional de Educação e, conseqüentemente, a construção e implementação do Plano Estadual de Educação do Tocantins, demonstrando a importância do planejamento governamental no campo da educação. Como conclusão, a pesquisa reitera que educação não se faz com suposições ou simplesmente com políticas de governo, mas com planejamento, organização, infraestrutura adequada, valorização dos profissionais, monitoramento, avaliação das ações.

Palavras-chave: Plano Estadual de Educação. Políticas educacionais. Estado do Tocantins. PPGE/UFT.

ABSTRACT

GUARDA, Roberto Mauro. Planning in the field of education and implementation of the Tocantins State Education Plan - contributions to the process. Master's work. Professional Graduate Program in Education (PPPGE). Federal University of Tocantins (UFT), Palmas, TO, 2020.

The present Master's Work is located in the Research Line "Specific Curricula of Stages and Modalities of Education, of the Professional Graduate Program in Education, at the Federal University of Tocantins. Its theme is educational planning and the State Education Plan of Tocantins. It questions how the planning process in the field of education in Brazil has taken place and how the implementation of the Tocantins State Education Plan is going. In this sense, its general objective is to understand the planning process in the field of education and aspects of the implementation of the State Education Plan of Tocantins in the period from 2015 to 2020. It is based on bibliographic and documentary research, with the obtaining of documents within the scope national and state. Both, to address the disputed intentions regarding the planning of public policies in the process of institutionalizing Brazilian education, with the different perspectives that permeated and permeated this planning; the concepts and concepts in the vast production of norms and documents with guidelines and guidelines for the planning of education. The research focuses on public policies, especially related to the historical context of the normatization of educational policies that contributed to the construction of the National Education Plan and, consequently, the construction and implementation of the State Education Plan of Tocantins, demonstrating the importance of government planning in the field of education. As a conclusion, the research reiterates that education is not done with assumptions or simply with government policies, but with planning, organization, adequate infrastructure, valuing professionals, monitoring, evaluating actions.

Keywords: State Education Plan. Educational policies. Tocantins State. PPGE / UFT.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Execução orçamentária das ações planejadas – 2015.....	88
Tabela 02 - Execução orçamentária das ações planejadas - 2016.....	89
Tabela 03 - Execução orçamentária das ações planejadas – 2017.....	90
Tabela 04 - Execução orçamentária das ações planejadas – 2018.....	91
Tabela 05 - Execução orçamentária das ações planejadas – 2019.....	91
Tabela 06 - Despesa executada por categoria econômica 2015/2019.....	92
Tabela 07 - Execução das despesas no ano de 2020 (Acumulado janeiro a agosto.....	92

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Hierarquia do planejamento	51
Figura 02 - Ciclo de políticas públicas.....	57
Figura 03 - Composição estratégica de elaboração do PPA.....	63
Quadro 01 - Documentos pesquisados e analisados.....	22
Quadro 02 - Metas do PNE propostas pelo Executivo e pela sociedade.	37
Quadro 03 - Comparação entre a proposta da sociedade brasileira e o PNE aprovado.....	38 - 39
Quadro 04 - Ideias Básicas do PNE 2014/2024.....	40 - 41
Quadro 05 - Demonstrativo das Metas do PEE e das Ações da Seduc que constam no PPA e que colaboram para o seu cumprimento.....	63 -73
Quadro 06 - Demonstrativo das Metas do PEE e devidas ações que darão suporte para execução e alcance das metas.....	74 - 87

LISTA DE SIGLAS

ABE - Associação Brasileira de Educadores
CF - Constituição Federal
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNRH - Centro Nacional de Recursos Humanos
CONAE - Conferência Nacional de Educação
CONEB - Conferência Nacional de Educação Básica
FEE - Fórum Estadual de Educação
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP - Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC - Ministério da Educação
PE - Plano de Educação
PEE - Plano Estadual de Educação
PME - Plano Municipal de Educação
PNE - Plano Nacional de Educação
PPA - Plano Plurianual
SEDUC - Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esporte
SEFAZ - Secretaria da Fazenda e Planejamento
SIOPE - Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Educação
SNE - Sistema Nacional de Educação
UTE/SEDUC-AMEPEE-T0 – Unidade Técnica Executiva de Acompanhamento e Monitoramento da Execução do Plano Estadual de Educação do Tocantins

SUMÁRIO

TECENDO O FIO CONDUTOR	14
1 INTRODUÇÃO	16
2 PLANEJAMENTO, PLANOS E EDUCAÇÃO NO BRASIL: EXPLORANDO ELEMENTOS HISTÓRICOS.....	23
2.1 Dos primórdios à Primeira República	23
2.2 Da Segunda República ao Estado Novo	27
2.2.1 Constituição de 1934, o PNE de 1937 e a 1ª de 1941	28
2.3 Da Democratização à Ditadura Militar: Constituição de 1946, Plano de Metas de JK, LDB de 1961 e PNE de 1962	30
2.4 Da Ditadura Militar à Redemocratização: Período 1964-1988 com os PNDs e PSECs	32
2.5 Primeiras décadas do século XXI: O PNE 2001-2011 e 2014-2014.....	33
2.5.1 Plano Nacional de Educação 2001-2011	33
2.5.2 Plano Nacional de Educação 2014-2024.....	38
2.5.2.1 O Plano Nacional de Educação e suas Concepções	43
3 PLANEJAMENTO, PLANO E EDUCAÇÃO NO TOCANTINS: CONCEITOS E DESDOBRAMENTOS	46
3.1 Planejamento nos Setores Privado e Público	46
3.1.1 Planejamento no Setor Privado	46
3.1.1.1 As Vantagens do Planejamento Estratégico.....	51
3.1.2 Planejamento no Setor Público.....	54
3.2 Desdobramentos do Plano Nacional de Educação 2014-2024 no planejamento da educação no Tocantins: o Plano Estadual de Educação	57
3.3 Ações previstas nos Planos Plurianuais (2016-2019 e 2020-2023) para a implementação do Plano Estadual de Educação – 2015-2020.....	59
3.3.1 Composição Estratégica do Plano Plurianual 2016-2019.....	60
3.3.2 Plano Plurianual 2020-2023.....	72
3.4 Execução Orçamentária das Ações planejadas da Seduc – 2015-2020	86
4 DOCUMENTO TÉCNICO – CONTRIBUIÇÕES À IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS: A IMPORTÂNCIA DE ACOMPANHAR O PROCESSO E VERIFICAR OS RESULTADOS.....	92
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS.....	100

TECENDO O FIO CONDUTOR

A escolha do tema deu-se em função de minha formação e atuação profissional. Formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Palmas, estado do Paraná (FACEPAL), ainda no ano de 1993, nos idos de agosto, me estabeleci no Estado do Tocantins, onde inicialmente atuei na área de Organização, Sistemas e Métodos da Secretaria de Estado da Administração (SECAD), momento em que fui aprovado em concurso público para o cargo de Gestor Público, lá permanecendo até o ano de 1995. Ato contínuo, agora na Secretaria de Planejamento (SEPLAN), atuando na área de políticas públicas e mapeamento regional para a definição de perfil socioeconômico das regiões administrativas do Estado.

Ocupei diversos cargos na SEPLAN onde permaneci até o ano de 2005, e nesse ínterim, atuei na área de Orçamento Público no controle e acompanhamento da execução da receita e despesa, e em seguida, na área de captação de recursos internos e externos com participação direta na prestação de contas de convênios com órgãos federais e contratos internacionais, controle de emendas parlamentares e, por último, na área administrativa.

Com o afã de novos horizontes, aceitei o convite da Secretaria da Cidadania e Justiça (SECIJU) para coordenar a reestruturação da Pasta assumindo a Chefia da Assessoria Técnica de Planejamento (ASTEP).

Já no ano de 2007, coordenei a elaboração do Plano Plurianual – PPA da SECIJU, juntamente com a implantação da área de convênios, captação de recursos e prestação de contas.

Ulteriormente, assumi a Superintendência de Gestão Administrativo-Financeira, sendo reconduzido a este cargo por mais duas vezes, quando no início do ano de 2015 por convite, retornei à Secretaria do Planejamento e Orçamento para atuar na área de execução e controle do gasto público, implantação do processo administrativo eletrônico, captação de recursos. Com a fusão das Secretaria de Planejamento e Secretaria da Fazenda, tenho atuado, especificamente, na área de controle da despesa pública e destinação de recursos para a realização e desenvolvimento das ações governamentais, junto à Superintendência de Gestão Orçamentária.

Pari passu, construiu-se o ideário. O escopo funda-se no entendimento dos processos de elaboração e construção das políticas públicas, na área da educação, bem como sua efetiva execução, com fulcro no planejamento dessas ações.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho vincula-se à linha de Pesquisa Currículos Específicos de Etapas e Modalidades de Educação do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPPGE) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), com o **título** ‘Planejamento no campo da educação e discussões sobre a implementação do Plano Estadual de Educação do Tocantins – Contribuições ao Processo’.

No Brasil, historicamente, a educação foi deixada de lado e sempre sendo superada em prioridade por outras políticas governamentais, denotando, assim, dificuldades no comparativo com as demais áreas, ficando à mercê da luta praticamente isolada de pessoas que erguiam a bandeira da causa.

Uma educação focada exclusivamente na catequização. Foi assim que nasceu o embrião do ensino no Brasil, em 1549, quando os primeiros jesuítas desembarcaram na Bahia. A educação pensada pela Igreja Católica - que mantinha uma relação estreita com o governo português - tinha como objetivo converter a alma do índio brasileiro à fé cristã. Havia uma divisão clara de ensino: as aulas lecionadas para os índios ocorriam em escolas improvisadas, construídas pelos próprios indígenas, nas chamadas missões; já os filhos dos colonos recebiam o conhecimento nos colégios, locais mais estruturados por conta do investimento mais pesado (AZEVEDO, 2018, p. 2).

No início da colonização por Portugal, o foco educativo seria atribuído aos índios, aos filhos dos colonos e, especialmente, com um atendimento diferenciado, estavam os filhos de portugueses, os descendentes de europeus também frequentavam as aulas dos jesuítas, mas recebiam um ensinamento mais aprofundado, inclusive de outras matérias, assim o conhecimento repassado não era restrito ao ensino religioso, pois era composto por conteúdo voltado para as letras, porém a diferenciação ou privilégio para o ensino existente passava por um pedido vindo das elites coloniais que por aqui habitavam (Azevedo, 2018).

Em carta escrita por Manoel da Nóbrega e enviada à corte portuguesa, o líder jesuíta no Brasil referiu-se aos índios brasileiros com sendo “*um papel em branco*”. A educação dos índios, em especial da tribo curumim, era uma tarefa encampada pelo padre José de Anchieta, homem considerado um dos mais atuantes pedagogos da Companhia de Jesus. Para educar os indígenas, Anchieta lançava mão de recursos ainda atuais em algumas escolas brasileiras, como o teatro, a música e a poesia (AZEVEDO, 2018, p. 3).

Os primeiros registros em relação às ações praticadas no setor da educação de forma ordenada com o intuito de inserir um contexto mais científico, combate ao empirismo grosseiro (HISTEDBR, 2006, p. 188), foi na década de 30 do século passado com o lançamento do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, tendo sido este considerado como o marco inicial na busca por um projeto nacional de educação, porém cabe-nos ressaltar que em termos de conscientização em relação à classe política da época, tal manifesto não obteve o respaldo merecido, sendo praticamente colocado de lado (HISTEDBR, 2006).

No ano de 1937, foi proposto um Plano Nacional de Educação em que se procurava estabelecer um norte para a educação, porém tal plano logo foi deixado de lado pelo Estado Novo e, somente, retornando à pauta na Constituição de 1946 e com aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1962, com característica marcante a luta incansável de Anísio Teixeira em todos os eventos mais significantes.

Uma das principais ferramentas utilizadas para a tão desejada fundamentação das políticas educacionais seria o planejamento, pois, desta forma, saímos do improviso para algo em que possibilitaria visualizar a situação existente, traçar ações estratégicas e, por meio de uma ótica mais aprofundada, prever um futuro de segurança e crescimento desejado com políticas baseadas em algo bem alicerçado, ao final, pretendemos ter noção exata sobre as normas fundamentadoras do Plano Estadual de Educação para então poder propor algo em que se visualize melhoria entre as ações a serem realizadas e a prática dessas.

O Plano Nacional de Educação (PNE) serviu de base para a elaboração e implementação do Plano Estadual de Educação (PEE), do qual saem as informações em relação à realidade existente em cada uma das regiões do País.

Sobre o PNE, Dourado (2011, p. 30) observa que o contrário de um plano é, justamente, a fragmentação de iniciativas e ações. Na perspectiva desse autor, isso tende “a provocar dispersão em um país continental, díspar e administrativamente federativo [...] plano se constitui dentro de determinado período, em um conjunto articulado de ações e iniciativas para a satisfação de um fim”. Essa reflexão remete à necessidade de constante planejamento para a implementação das Políticas Públicas de modo geral, pois os avanços em qualquer área contribui para melhorar índices e impactam positivamente, principalmente, na educação. Também, leva a refletir acerca das políticas de educação desencadeadas no Ministério de Educação-

MEC e nos órgãos responsáveis pela implementação do PNE, na sua vigência, sob a perspectiva de qualidade, pois sem atentar a esses aspectos, muitas vezes, questões fundamentais deixaram de ser consideradas pela administração pública, que insiste em desconsiderar a importância de um bom planejamento ao promover suas ações.

Após décadas de luta de profissionais ligados à educação, tendo iniciado com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assinado em 1932, e a institucionalização dos Planos nacional, estaduais e municipais de educação e, principalmente, das metas a serem atingidas no prazo de 10 anos, é momento de arregañar as mangas e fazer as coisas acontecerem, tendo por base a fundamentação baseada na realidade.

Assim, com o **tema** 'planejamento educacional e Plano Estadual de Educação do Tocantins', nessa pesquisa, **problematizamos**: Como tem se dado o processo de planejamento no campo da educação no Brasil? Como está o processo de implementação do Plano Estadual de Educação do Tocantins no período de 2015 a 2020?

Nesse sentido, no presente trabalho, temos por **objetivo geral** compreender o processo de planejamento no campo da educação e aspectos da implementação do Plano Estadual de Educação do Tocantins no período de 2015 a 2020.

E como **objetivos específicos**:

- a) identificar marcos históricos e normativos do processo de organização/institucionalização e planejamento da educação nacional;
- b) discutir a importância do planejamento no setor público e privado;
- c) compreender as orientações nacionais para o processo de elaboração e implementação do Plano Estadual de Educação;
- d) compreender as ações previstas nos Planos Plurianuais (2016-2019 e 2020-2023) para a implementação do Plano Estadual de Educação – 2015-2020;
- e) apresentar contribuições à implementação do PEE/TO.

A construção desse trabalho assenta-se em estudo bibliográfico (LIMA; MIOTO) e pesquisa documental (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005).

De acordo com Lima e Miotto (2007, p. 44), o estudo bibliográfico possibilita ir além da simples observação e estudos dos dados existentes nas fontes

pesquisadas, permitindo extrair deles as informações, a teoria, a compreensão crítica de possíveis significados, extraíndo sentidos neles existentes:

Utilizar-se de um desenho metodológico circular ou de aproximações sucessivas no encaminhamento da pesquisa bibliográfica, permite, através [por meio] da flexibilidade na apreensão dos dados, maior alcance no trato dialético desses dados, pois o objeto de estudo pode ser constantemente revisto, garantindo o aprimoramento na definição dos procedimentos metodológicos, como também a exposição mais eficiente do percurso de pesquisa realizado. No entanto, a flexibilidade na obtenção dos dados não torna a pesquisa bibliográfica mais fácil. Ao contrário, requer mais trabalho do pesquisador, pois exige disciplina e atenção tanto no percurso metodológico definido quanto no cronograma de estudos proposto para que a síntese integradora das soluções não seja prejudicada. É um movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica como material bibliográfico que permite, por sua vez, um leque de possibilidades na apreensão das múltiplas questões que envolvem o objeto de estudo.

A pesquisa documental, segundo Shiroma, Campos e Garcia (2005, p. 439-440), significa a utilização de fontes primárias, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente. A pesquisa documental tem objetivos específicos e pode ser um rico complemento para a pesquisa bibliográfica.

As informações contidas nas fontes de pesquisa documental possibilitam fazer uma pesquisa qualitativa do objeto a ser estudado.

Para pesquisar precisamos de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problemas. [...] é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize (GAIO; CARVALHO; SIMÕES, 2008, p. 148).

Ainda, neste processo, realizamos revisão bibliográfica (ou revisão de literatura) que é aquela que se vale de publicações científicas em periódicos, livros, anais de congressos etc., não se dedicando à coleta de dados *in natura*, porém não configurando em uma simples transcrição de ideias. Para realizá-la, optamos pelas [revisões de narrativas] convencionais ou pelas revisões mais rigorosas.

Conforme esclarece Boccato (2006, p. 266),

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Quadro 1 - Documentos pesquisados e analisados

Seq.	Título	Ano
1	Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB	1996
2	O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova	1932
3	O Planejamento da Educação no Brasil	2011
4	Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação: Monitoramento e Avaliação	2016
5	PNE em Monitoramento	2016
6	Plano Nacional de Educação 2014-2024	2014
7	A História da Educação: Uma Longa Jornada rumo à Universalização	2018
8	Financiamento da Educação – FUNDEB: Uma análise sobre os Investimentos na Educação	
9	Lei nº 2.977 – Plano Estadual de Educação do Estado do Tocantins	2015
10	O Desafio da Implementação do Planejamento Estratégico nas Organizações Públicas	1997
11	Plano Plurianual – PPA 2016/2019 Lei nº 3.051	2015
12	Plano Plurianual – PPA 2020/2023 Lei 3.621	2019
13	Constituição Federal	1988

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Nesse sentido, os documentos elencados no quadro anterior não foram escolhidos aleatoriamente e casualmente, mas com finalidade que nos permitiu ter acesso ao discurso para compreender a política. Não tomamos o texto como ponto de partida absoluto, mas, sim, como objeto de interpretação.

Para uma melhor organização, o texto se subdivide em três seções, antecedidas por essa Introdução.

Na primeira seção, apresentamos resultados de uma pesquisa de cunho teórico-bibliográfico e documental, trazendo acontecimentos históricos que contribuíram para a educação no contexto nacional, no âmbito das discussões que serviram de base para a elaboração das normas, especialmente, voltadas para as diretrizes no contexto educacional e para a elaboração dos planos de educação e, posteriormente, (a partir da década dos anos 1960) com a introdução do planejamento, de forma bastante singular, para a evolução do processo educacional brasileiro.

Na segunda seção, mostramos, também, resultados de uma pesquisa de cunho teórico-bibliográfico e documental, trazemos elementos que contribuíram inicialmente fundamentados no planejamento público e privado como missão, objetivos e planos estratégico, tático e operacionais ganhando notoriedade, a partir da Constituição de 1988, tendo o Plano Plurianual – PPA como instrumento principal, explicitando a visão de futuro, os valores e macrodesafios, os

desdobramentos do PNE 2014-2024 com a elaboração e adequação dos planos de educação, sempre buscando preservar as diferenças regionais do nosso vasto país.

Por último, demonstramos aspectos relevantes do planejamento nos setores privado e público, conceituando a forma de atuação em cada um dos setores, os níveis interligados e distintos entre si, ou seja, o estratégico, o tático e o operacional, uma vez que o planejamento deve ser um processo contínuo, sistemático e não linear, levando em consideração condicionantes organizacionais e ambientais, o que lhe confere caráter de grande complexidade.

Ainda, destacamos que o planejamento governamental ganhou ênfase a partir da Constituição Federal de 1988 por meio do PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e pela Lei Orçamentária Anual – LOA, com o atributo de vincular o planejamento ao orçamento público, a fim de que, juntas, essas ferramentas façam com que a execução se torne mais efetiva em termos de resultados para a população.

Com base nessa sincronia, o PPA, por meio de suas ações e finalidades, tornará possível explicitar os objetivos e macrodesafios, os quais, por meio de ferramentas, poderão ser verificados o alcance ou não dos resultados esperados, tornando possível a revisão dos objetivos e metas inicialmente traçados.

No que tange às leis do orçamento que não se constituem necessariamente em instrumentos específicos de gestão da área da educação, pois cumprem funções mais amplas no campo orçamentário da administração pública, cabe destacar que, embora pode ser evidenciada alguma forma de vinculação ao seu conjunto (PPA, LDO e LOA) ou, exclusivamente, ao PPA, é importante salientar que tais leis de caráter contínuo e obrigatório abordam os objetivos, as metas, os recursos e as fontes a serem utilizadas para a realização de todas as ações relacionadas às políticas educacionais do setor público. Nesse sentido, convém destacar que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (BRASIL, 2000), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, determina que as despesas que não estejam presentes no conjunto das leis do orçamento devem ser consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público (BRASIL, 2000), fato que decerto pode ter imposto dificuldades para a consecução dos objetivos e metas inicialmente estabelecidos. Embora a presença das diretrizes, dos objetivos e das metas dos planos nos PPAs devessem garantir as dotações orçamentárias por meio

das LOAs anuais, por diferentes razões, por vezes, isso não ocorre, fato que possivelmente contribuiu para que o novo PNE - Lei nº 13.005/2014 - determine que as leis do orçamento das diferentes instâncias federadas devam ser formuladas para “assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PNE e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução” (BRASIL 2014, art. 10).

Esse trabalho não pretende e nem busca esgotar a discussão do tema proposto, mas é importante salientar que foi significativo para refletir e compreender particularidades, intencionalidades e motivações que influenciam os contextos da implementação do PNE e do PEE Tocantins quanto à formulação e gestão das políticas públicas nas suas diversas fases em todo o contexto que as envolve. Porém, é necessário citar que esses aspectos direcionam e influenciam nas ações da governança e da governabilidade em relação a direcionar as políticas públicas e suas conseqüentes ações, no contexto de vários projetos, pois desta forma é possível atingir maior satisfação quando se refere aos resultados a serem alcançados.

2 PLANEJAMENTO, PLANOS E EDUCAÇÃO NO BRASIL: EXPLORANDO ELEMENTOS HISTÓRICOS

Nesta seção, apresentamos resultados de pesquisa de cunho teórico-bibliográfico (LIMA; MIOTO, 2007) e documental (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005) que teve como **objetivo** identificar marcos históricos e normativos do processo de organização/institucionalização e planejamento da educação nacional.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, considerando este contexto como o marco divisor do processo efetivo de institucionalização dos sistemas de educação, nosso objetivo é apreender os referenciais simbólicos dos atores sociais envolvidos no processo de planejamento, considerando esta ação como uma prática situada, sem neutralidade, com um caráter ideológico implícito ou explícito (VIEIRA; ALBUQUERQUE, 2002).

Lagares (2008, p. 34) cita que:

O Município deve proporcionar os meios necessários de acesso à educação, suplementando a legislação federal e estadual e, ainda, em razão de sua autonomia, legislar a fim de proteger o interesse local. No entanto, não é possível desconsiderar que, em virtude da centralização de poder que, historicamente, marca a política nacional, as instâncias mais próximas ao ensino, como as escolas, não chegam a sequer obter recursos suficientes para desenvolver integralmente a responsabilidade descentralizada pela esfera central.

Assim, podemos verificar que toda a base da educação começa e deve ser estruturada nos municípios.

2.1 Dos primórdios à Primeira República

Importante ressaltar, ainda, os primórdios da educação no Brasil, para isso, é necessário voltar ao período jesuítico e imperial e afirmar que, durante todo esse período, a educação não foi discutida como algo importante no âmbito nacional, somente elevada a este patamar após o advento da República, conforme a seguir.

De acordo com Romanelli (1999), os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, com o governador geral Tomé de Souza, permanecendo como mentores da educação do país durante 210 anos (até 1759). Foram expulsos por decisão de Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal de 1750 a 1777. No momento da expulsão, existiam 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários jesuítas, além de seminários menores e escolas de primeiras

letras em cidades onde havia casas da Companhia de Jesus. Podemos dizer que os jesuítas, de certo modo, implantaram um modelo educacional consolidado que, sob determinados ângulos, refletiu durante muito tempo na educação do Brasil.

Conforme Azevedo (2018), a expulsão dos jesuítas, comandada pelo então primeiro-ministro de Portugal, Marquês do Pombal, significou uma remodelação total do sistema de ensino brasileiro. Por ordem do Estado, os jesuítas tiveram seus livros e manuscritos destruídos pelos portugueses, e a religião foi deixada de lado nos currículos. Tratava-se de uma tentativa de introduzir matérias mais práticas no dia a dia escolar. Entre a expulsão dos jesuítas e a organização de um novo modelo no Brasil, no entanto, o país amargou um hiato de cerca de dez anos sem uma escola estruturada.

Influenciado pelos ideais iluministas, Pombal tinha convicção de que era preciso modificar a educação no Brasil. E isso ocorre formalmente em 1772, com a chamada reforma pombalina. Após a instauração dessas mudanças, o Brasil dá seus primeiros passos na criação de um ensino público. A desestruturação da escola jesuíta, porém, fez com que os índios perdessem espaço no sistema de ensino. Por outro lado, a reorganização tornou o professor uma figura central do processo educacional. Neste período, foram criadas as aulas régias, ministradas por docentes concursados, que eram funcionários do Estado. “Portugal foi pioneiro na Europa em criar um ensino público. Era a própria monarquia que pagava o professor. Foram criadas poucas escolas, mas temos nessa época o nascimento dessa semente” (AZEVEDO, 2018, p. 6).

Aulas régias no início aconteciam nas casas dos próprios professores, sendo que essa pulverização dos locais de ensino ocasionou em enormes dificuldades enfrentadas pelo governo português, que, além de não conseguir dar conta da formação de professores (uma carência histórica no país), deixou vários jovens sem acesso às aulas. Não havia uma sistematização da idade escolar, pois eram atendidas crianças a partir dos sete anos, mas não existia um limite estabelecido para o tempo de estudo e o alcance do ensino.

Momento importantíssimo da história da educação do país ocorre com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, fugida da Europa por conta da invasão napoleônica a Portugal. Em um dos navios vindos da Europa, desembarcaram no Rio de Janeiro cerca de 60 mil livros que, mais tarde, dariam origem à Biblioteca Nacional, na própria capital carioca. A presença da coroa portuguesa impulsionou

alguns investimentos na área da educação, aportes que culminaram na criação das primeiras escolas de ensino superior. Estes locais tinham como foco, exclusivamente, preparar academicamente os filhos da nobreza portuguesa e da aristocracia brasileira.

Azevedo (2018, p. 9) relata que

De acordo com a historiadora Maria de Lourdes de Fávoro, esses locais tiveram duas características marcantes: o ensino profissionalizante e a preparação para o trabalho no serviço público, ou seja, para exercer diferentes funções na corte portuguesa. Na Bahia, os primeiros cursos criados foram nas áreas de Medicina e Economia. Em 1818, em Salvador, também foi criado o curso de Desenho Industrial. No Rio de Janeiro, além do curso de Medicina, foram abertos locais onde eram ensinadas práticas de agricultura e química. Inicialmente, apenas nesses dois estados as escolas de ensino superior foram instaladas.

Em 1827, foi sancionada a primeira lei brasileira que tratava exclusivamente da educação. O texto, em seu artigo 1º, afirmava que “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias”. A nova regra também foi um marco para as garotas que passaram a se misturar aos meninos nas escolas de letras do Estado. Não havia, ainda, uma duração de tempo definida para o ensino primário, mas a lei foi o início de uma nova forma de organizar o ensino brasileiro.

Ainda, na mesma lei em seu Art. 6º, constava que os ensinamentos deveriam ocorrer em sala de aula, que deveria ocorrer o ensino da leitura, da escrita e da matemática, além dos princípios da moral cristã da religião católica, da história do Brasil e que os professores, considerados pouco qualificados, deveriam individualmente complementar sua formação, porém o estado não arcaria com os custos da capacitação do docente e, nesse ponto, o governo isentou-se de investir e direcionar a capacitação dos profissionais de ensino, pois, ainda, predominavam os professores régios no país, decorrentes da reforma pombalina do século XVIII.

Posteriormente, a preocupação com a formação do professor voltou a se tornar uma prioridade. Os concursos para contratação de professores públicos avaliavam, como o primeiro e mais importante critério, em detrimento da formação formal, o nível de conhecimento sobre os assuntos de domínio em sala de aula. Em 1834, o governo monárquico inaugurou a primeira escola de formação de professores, a Escola Normal de Niterói, e um fator importante a ser ressaltado é que, durante os primeiros 50 anos de funcionamento, as escolas normais eram frequentadas quase que exclusivamente por homens.

No período regencial, ocorreu uma reforma na Constituição que dura até os dias de hoje. No chamado Ato Adicional, instituído pelo governo, foi definido que o ensino elementar, o secundário e a formação de professores seriam de responsabilidade das províncias, e o ensino superior ficaria sob a responsabilidade do poder central, com isso foi fortalecida a descentralização do ensino, com consequências negativas para a organização da educação no país.

Após a proclamação da República (1889), algumas reformas pontuais foram realizadas. A primeira delas foi do ministro da Instrução, Benjamin Constant, realizada em 1890, com foco no ensino superior. As escolas de base, no entanto, não entraram nas prioridades dos primeiros governos republicanos. Uma das heranças do período imperial brasileiro, na Constituição Republicana de 1891, foi a manutenção da dualidade do sistema escolar: boas e poucas escolas para as elites e escolas de qualidade duvidosa para os demais. Basicamente, as escolas mantidas pelo governo federal eram destinadas aos mais ricos. Sobravam para as camadas mais pobres os colégios do sistema estadual que, mesmo com um investimento maior após a lei republicana, eram locais com estrutura carente e com corpo de professores de baixa qualificação.

A tentativa de mudar essa realidade teve maior impulso a partir da década de 1920. O movimento da Escola Nova ganhou força no ambiente educacional que sofreu reformas estaduais inspiradas nos ideais escolanovistas. Nomes como o do educador Anísio Teixeira despontaram como lideranças do movimento. A Escola Nova, no Brasil, ficou marcada pela tentativa de tornar a educação mais inclusiva e adotar um modelo mais moderno de ensino voltado para uma educação prática da vida, tendo como base as ideias do filósofo americano John Dewey.

Azevedo (2018, p. 11) cita que, ainda na década de 1920, é fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE), criada por Heitor Lira. A entidade tinha a função de promover os primeiros grandes debates sobre a educação em nosso país. Apesar dos esforços para tentar avançar na implantação de um sistema educacional consistente, o analfabetismo entre jovens e adultos, um problema de âmbito nacional, continua assolando a sociedade. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, a taxa de analfabetismo na década de 1920, para pessoas a partir dos 15 anos, era de 65%. O percentual só foi baixar na década de 1940, quando caiu para 40%, o que representava cerca de 15 milhões de pessoas.

Para falarmos de educação no Brasil, é importante ressaltar o comprometimento dos educadores da Associação Brasileira de Educadores – ABE, por meio do Manifesto do Pioneiros, que indicava como causa da falta de organização do aparelho escolar o empirismo grosseiro, a falta de determinação dos fins da educação. Importante observar que o planejamento educacional no Brasil iniciou na década de 1930 e percorreu extenso trajeto ao longo da história e teve seu ponto máximo com a aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE no ano de 2001. Porém, durante toda sua trajetória, a educação do nosso país teve dificuldades se comparada aos demais setores da sociedade, principalmente se comparada aos países onde as políticas de educação tiveram ações educacionais planejadas e colocadas em prática com seriedade e comprometimento tanto por parte da população e, também, das autoridades que conduziam seus países. “A proclamação da República, embora tenha alterado, em alguns pontos, substantivamente a ordenação legal da educação brasileira, pouco modificou o quadro vigente” (AZANHA, 1993, p. 71).

A literatura aponta que a **República** teve o mérito de romper com certas limitações, com o ensino humanístico, porém não propôs uma educação sintonizada com a realidade social da época. Segundo Cury (2001, p. 84), embora pouco tenha sido alterado em relação aos dispositivos educacionais da época, “houve muita discussão em torno delas, o que nos auxilia a compreender melhor não só os movimentos e iniciativas posteriores, como também o próprio sentido desejado desta intervenção do Estado na área Educacional”. Na prática, embora discutidas fortemente, as ideias não se efetivaram em lei.

Ainda neste sentido de entendimento, Azevedo (1964, p. 621) acrescenta que:

À parte o laicismo, a infiltração das ideias positivistas e o movimento renovador de São Paulo, limitado ao ensino primário e normal e sob a influência das técnicas pedagógicas americanas, todos os outros fatos relativos à educação e à cultura acusavam, no último decênio do século XIX, a sobrevivência das tradições do regime imperial.

Entendemos que realmente houve mudanças nas relações do estado e Igreja, porém a educação seguia estagnada com base nas tradições do regime imperial.

2.2 Da Segunda República ao Estado Novo

Lançado em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova é tido como o marco inicial da preocupação com um projeto nacional de educação, com visão sistêmica e de totalidade e afirmava, desde o início, que nenhum problema nacional se sobreleva em importância e gravidade ao da educação, uma vez que, até então, as políticas educacionais em nosso território não passavam de construções isoladas, fragmentadas e desarticuladas, sem visão global, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, sendo que o necessário seria criar um sistema de organização escolar com ações modernas para atender as necessidades do país.

[...] instrumento de racionalidade científica no campo da educação em consonância com o ideário escola novista [...] o manifesto influenciou a Constituição brasileira de 1934, na medida em que esta estabeleceu como competência da União fixar o Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território nacional (SAVIANI, 1998, p. 75).

Fator importantíssimo que traz evidências, no sentido de registro, é que ocorreram acalorados debates sobre educação na Constituinte de 1933-1934. Para Bosi (1987, p. 211-212), a Carta de 1934 estabeleceu “os marcos referenciais de um processo de modernização do Estado, pelo qual este reconhece as carências de uma nação em desenvolvimento e busca supri-las”.

A luta pela educação “primária gratuita” com a possível extensão para outros níveis, os embates pelo ensino laico e, principalmente, a responsabilização da União no sentido da criação e manutenção da infraestrutura escolar tornam o papel da Assembleia de 1933-1934 e da Constituição um verdadeiro divisor de águas para a educação nacional (FÁVERO, 2000, p. 249).

2.2.1 Constituição de 1934, o PNE de 1937 e a 1ª de 1941

As iniciativas na área da educação no Brasil começam pelo Capítulo da Educação na Constituição de 1934 e a proposta do PNE de 1937, sendo estes posteriormente abortados pelo Estado Novo, porém retomados na Constituição de 1946, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 e no PNE de 1962, sendo essas as iniciativas de desenvolver um plano de educação pautado em políticas fundamentadas e sérias para o nosso país, tendo como características que, em todos os momentos, esteve presente Anísio Teixeira.

O Manifesto buscou combater essa dualidade de redes por meio de uma estrutura educacional sob a égide da escola pública. Com currículos e

normas comuns, tendo o Estado como articulador e legislador, o sistema só se diversificaria após uma escolaridade fundamental comum e para todos. E essa diversificação deveria permitir a todos os seus concluintes o prosseguimento de estudos, mormente no ensino superior. Essa dialética, expressão do conflito social privilégio (das elites) x direito [...], fará comparecer na Constituição de 1934 a educação como direito, a obrigação dos poderes públicos em prestá-la gratuita [...], a vinculação de percentuais dos impostos federativos para a educação escolar, a concessão do Estado para a abertura de escolas sob o regime privado e o estabelecimento de um plano nacional de educação (ROCHA, 2001, p. 27).

O Manifesto elaborado e divulgado parece ser unanimidade entre os especialistas da época, pois entendiam e concordavam sobre a importância da elaboração e implementação de um PNE para viabilizar suas propostas inovadoras, contendo todos os níveis e modalidades educacionais.

Ainda, sobre o Manifesto, é importante ressaltar que traz material para refletir e compreender a dimensão do pensamento das questões educacionais que os Pioneiros idealizavam e defendiam para a época. A proposta demonstrava claramente uma dimensão ampla e diferenciada de educação, necessitando apenas ser planejada a partir de aspectos e valores sociais e políticos contextualizados nas problemáticas e nos desejos do conjunto da sociedade, partindo de uma perspectiva do presente e rumo ao futuro.

Para a elaboração desse Plano, seria criado um órgão específico, o Conselho Nacional de Educação-CNE que, segundo a Constituição de 1934, teria a seguinte função:

Art 152 - Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Educação, organizado na forma da lei, elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos, bem como a distribuição adequada dos fundos especiais.

Essa tentativa de criação do CNE não teve o desfecho previsto, pois o Congresso, a quem competia aprovar o Plano, foi fechado em 1937 e, juntamente com ele, uma das instituições da democracia. Horta (1997, p. 147) escreveu que “a tramitação é lenta e o debate será interrompido pelo fechamento do Congresso, em 10 de novembro de 1937. Com isso, o Plano Nacional de Educação que havia sido preparado pelo Conselho Nacional de Educação será esquecido”, ou seja, todo o esforço feito até o momento teria sido em vão.

2.3 Da Democratização à Ditadura Militar: Constituição de 1946, Plano de Metas de JK, LDB de 1961 e PNE de 1962

O sonho do projeto nacional de educação renascia das cinzas por meio da retomada do período democrático em 1945 e, nesse contexto, foi realizado o Congresso Brasileiro de Educação, tendo como objetivo o estudo e planejamento da educação nacional em todos os graus, segundo diretrizes e em bases democráticas e na nova Constituição de 1946, aparecia no texto em seu artigo 5º que “compete à União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional”, corrigindo, desta forma, o equívoco de 1934 também vinculando à renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino em 10% da União e 20% dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

A Abertura política decorreu no período entre 1946 e 1964 quando volta a ser discutida novamente a ideia de Plano de Educação, mas, dessa vez, envolvendo o embate entre duas concepções, os daqueles que “atribuíam ao Estado a tarefa de planejar o desenvolvimento do país, libertando-se da dependência externa, e aqueles que defendiam a iniciativa privada” (SAVIANI, 2010, p. 389). Com a aprovação de nossa Lei de Diretrizes e Bases-LDB (Lei nº 4.024/61) prevaleceu a segunda visão, reduzindo a ideia de plano de educação a um instrumento de distribuição para os diferentes níveis de ensino.

Em 1964, a LDB, aos poucos, começa a ser desarticulada e a hegemonia do pensamento tecnocrático afirmada inclusive no planejamento educacional, conforme Mendes (apud DOURADO, 2011, p. 21),

(...) A partir de 1964, quando se consolidou a postura tecnocrática no governo, a LDB foi gradativa e implacavelmente desmontada. (...) em seu lugar estão as reformas, que são leis regulamentares dos pedagogos, e os planos, que são os esquemas econômicos dos tecnocratas.

A não implementação daquele que seria o primeiro PNE da história resultou em consequências, até hoje, no contexto da educação brasileira, trazendo enorme atraso em relação aos avanços necessários, ocasionando, entre outras coisas, o fato de a retomada da discussão do Plano somente ocorrer três décadas após, mesmo assim, de forma parcial e por pouco tempo.

Na área do planejamento, o período democrático seria marcado pelo Plano SALTE (das iniciais: Saúde, Alimentos, Transporte e Energia) do governo Dutra que

foi apresentado em 1948, tendo sido aprovado pelo Parlamento e, dois anos após, abandonado, valendo ressaltar que a educação não havia sido contemplada no referido plano.

A área de planejamento, no Brasil, fortalece-se no Governo de Juscelino Kubitschek por meio do Plano Nacional de Desenvolvimento, mais conhecido como Plano de Metas, tendo sido elaborado com base em diagnósticos realizados pelo segundo Governo Vargas, em que apontava alguns pontos de estrangulamento da economia brasileira e 30 metas divididas em 5 setores, sendo eles: energia, transporte, alimentação, indústrias de base e educação, todas voltadas para a superação dos obstáculos estruturais, sendo posteriormente acrescentada a 31ª meta, justamente a construção de Brasília.

Na concepção de Saviani (1999, p. 130), planejamento é ação que expressa racionalidade, portanto, sendo planejadas ações “implementadas segundo planos previamente traçados que, a partir do diagnóstico das necessidades, estabeleçam metas e prevejam os meios, aí incluídos os recursos financeiros por meio dos quais as metas serão atingidas”. Entretanto, na educação brasileira, historicamente, o planejamento e os planos expressam diferentes tipos de racionalidade.

No Plano de Metas, a educação constituía a meta de número 30 com o objetivo de intensificar a formação de pessoal técnico e orientar a educação para o desenvolvimento, ou seja, a educação estava finalmente atrelada às políticas de desenvolvimento do nosso país.

Marco histórico, para a época, foi a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 20 de dezembro de 1961, a Lei nº 4.024, estabelecendo que os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino fossem distribuídos em fundos para cada setor, atribuindo ao Conselho Federal de Educação a responsabilidade da elaboração do plano de aplicação de cada fundo, sendo o Conselho criado em 12 de fevereiro de 1962 em substituição ao Conselho Nacional de Educação, tratando logo de cumprir a tarefa a ele atribuída, que era a de fazer a elaboração dos planos de aplicação dos recursos, tudo sob a liderança do Conselheiro Anísio Teixeira, signatário do Manifesto dos Pioneiros.

Somente em 1962, na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61) surge o primeiro PNE, elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura e aprovado pelo Conselho Federal de Educação, que era basicamente um conjunto de metas quantitativas e

qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos (BRASIL, 2001, p. 3).

Tendo por base todo o conteúdo desenvolvido, verifica-se que a ideia do PNE é algo que vem há várias décadas na educação brasileira. O Manifesto já vislumbrava quando propôs uma política educacional de largo alcance e vastas proporções.

2.4 Da Ditadura Militar à Redemocratização: Período 1964-1988 com os PNDs e PSECs

No início deste período, tudo indica que o objetivo era instalar no país um Estado voltado exclusivamente para desenvolvimento do capital nacional e a ditadura materializada retirou a obrigatoriedade quanto à educação, criando um sistema dual em que as escolas eram claramente destinadas de maneira diferenciada às elites e às classes trabalhadoras, sendo que esta última tinha apenas a opção do ensino profissionalizante, enquanto as elites cursavam o ensino médio regular, criando assim a possibilidade do acesso ao ensino superior.

Período importantíssimo do ponto de vista técnico, pois os economistas ganhavam ainda mais força no período militar e o planejamento governamental ganharia novas propostas para o desenvolvimento na área da educação, estas vinham contaminadas por conflitos aflorados entre os técnicos do Instituto de pesquisa Econômica Aplicada- IPEA e do Ministério da Educação, em que ficava explícito que para haver a evolução era necessário que houvesse situações de debate, nas quais o posicionamento de cada um seria avaliado e medido.

Para Forester (1993, citado por MOMMA et al., 2009), planejar por meio do questionamento da realidade e pelo diálogo com os vários atores envolvidos permite que as atenções sejam concentradas nos objetivos e que se organizem as ações de modo coletivo, suplantando a clássica separação entre análise, projeto e implementação de políticas. O que implica, “para o êxito na implementação de políticas públicas, o diálogo permanente entre os sujeitos e suas demandas, ações e concepções de projetos sociais” (p. 25). Ainda, para Momma et al. (2009, p. 29), é fundamental compreender que “não há uma receita técnica, academicamente correta, que dê conta de orientar ou explicar as ações e movimentos dos diferentes e diversos sujeitos envolvidos nesse processo” (p. 26).

Neste período, foi criado o Ministério do Planejamento, situando a educação no processo de desenvolvimento, desviando seu enfoque anterior que era de cunho político-social, na nova roupagem, as ações passaram a ser elaboradas pelos técnicos do Ministério do Planejamento, mais especificamente pelo IPEA, e, dentro deste, o Centro Nacional de Recursos Humanos (CNRH) que era responsável pela área social.

Para Lagares (2010, p. 2), no Brasil, a partir dos anos 1980, as discussões quanto à descentralização podem ser separadas em duas linhas básicas de pensamento. De um lado, o poder público estatal, cuja proposta se insere no movimento mais amplo da reforma do Estado brasileiro, cuida mais de transferência de tarefas de uma instância central a outras do que da participação de decisões. A defesa da descentralização vai ao encontro das doutrinas ultraliberalizantes que começaram a florescer no país com o esgotamento do regime militar. Dentre os ideais ultraliberais, a defesa é a do Estado mínimo e da predominância do mercado, ou seja, a minimização das interferências do Estado nos campos econômico e social possibilitam o livre funcionamento do mercado como regulador de benefícios, e não provedor de direitos sociais. Dessa forma, a descentralização do Estado é a palavra-chave. De outro lado, no âmbito dos movimentos dos professores e outros profissionais da educação, a descentralização, por si só, como caminho para a democratização da sociedade, é percebida como um equívoco, sobretudo se for observada a conjuntura na qual esse discurso se faz mais presente.

2.5 Primeiras décadas do século XXI: O PNE 2001-2011 e 2014-2014

2.5.1 Plano Nacional de Educação 2001-2011

Após a aprovação do Plano Decenal de Educação para Todos, que, segundo educadores, contemplava apenas a educação básica, e com base na nova Lei de Diretrizes e Bases – LDB, sancionada em 20 de dezembro de 1996, os educadores voltaram a se mobilizar buscando fundamentações e articulações em torno do Plano Nacional de Educação que teria como premissa incluir globalmente toda a educação, tendo como período de vigência toda uma década.

Interessante ressaltar que duas propostas do Plano Nacional de Educação deram entrada no Congresso Nacional no mês de fevereiro de 1998, sendo a

primeira da “Sociedade Brasileira” que foi elaborada por meio do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, apresentada no Plenário da Câmara no dia 10/02/1998 e a outra de iniciativa do MEC por meio da Mensagem 180/98 de 11/02/1998.

Na introdução do documento apresentado, o PNE era assim definido:

Este Plano Nacional de Educação é um documento-referência que contempla dimensões e problemas sociais, culturais, políticos e educacionais brasileiros, embasado nas lutas e proposições daqueles que defendem uma sociedade mais justa e igualitária e, por decorrência, uma educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade, para todos, em todos os níveis. Assim, princípios, diretrizes, prioridades, metas e estratégias de ação contidas neste Plano consideram tanto as questões estruturais como as conjunturais, definindo objetivos de longo, médio e curto prazos a serem assumidos pelo conjunto da sociedade enquanto referenciais claros de atuação.

Diante da inesperada pressão e ação da sociedade, o Governo viu-se forçado a “desengavetar” a sua proposta e encaminhá-la à Câmara dos Deputados, em que tramitaria como anexo ao PNE da sociedade. Dessa maneira, o Brasil estava diante de dois projetos conflitantes. A proposta do Governo Federal expressava a política do capital financeiro internacional e a ideologia da classe dominante devidamente refletida nas diretrizes e metas do governo.

As duas propostas de PNE materializavam mais do que a existência de dois projetos de escola, ou duas perspectivas opostas de política educacional. Elas traduziam dois projetos conflitantes de país. De um lado, tínhamos o projeto democrático e popular, expresso na proposta da sociedade. De outro lado, enfrentávamos um plano que expressava a política do capital financeiro internacional e a ideologia das classes dominantes, devidamente refletido nas diretrizes e metas do governo (VALENTE; ROMANO, 2002, p. 98).

Nesta versão apresentava, de forma clara e sintética, a fundamentação legal e a prioridade de garantir a oferta de ensino Fundamental obrigatório de oito séries, desta forma, assegurava a permanência de todas as crianças de 7 a 14 anos na escola e, ainda, focava na responsabilidade pela execução do PNE e apresentava observações gerais e metas para: Educação infantil; Ensino fundamental; Ensino médio; Educação de jovens e adultos; Educação tecnológica e formação profissional; Educação superior; Educação especial; Educação indígena; Formação de professores e valorização do magistério; Educação a distância e tecnologias educacionais; Financiamento e gestão.

Para a versão final do PNE, a proposta do Executivo foi de grande importância; tendo contribuído desta forma: $\frac{3}{4}$ das metas aproveitadas

integralmente, 1/5 aproveitadas parcialmente por meio de fusão com outras propostas, enquanto que a proposta da Sociedade teve ¼ de suas metas aproveitadas, ficando as restantes divididas entre aproveitadas parcialmente por meio de fusão com outras propostas e não aproveitadas.

O quadro que segue traz a composição das duas propostas, conforme pode ser observado.

Quadro 2 - Metas do PNE propostas pelo Executivo e pela Sociedade

Quadro 1 - Metas do PNE Originárias das propostas do Executivo e da Sociedade								
	Proposta do Executivo				Proposta da Sociedade			
	Total	Aprov.	Fundidas	Não aprov.	Total	Aprov.	Fundidas	Não aprov.
E. Infantil	36	15	18	3	12	5	3	4
E. Fundamental	27	19	6	2	7	3	3	1
E. Médio	20	17	2	1	10	1	5	4
E. Superior	25	19	5	1	14	1	9	4
EJA	20	16	3	1	15	6	4	5
E. Distância	22	18	3	1	-	-	-	-
E. Profissional	16	13	1	2	9	0	2	7
E. Especial	26	25	1	-	-	-	-	-
E. Indígena	19	18	1	-	-	-	-	-
F. Professores	15	11	2	2	31	13	11	7
Financiamento	10	5	4	1	6	2	3	1
Gestão	12	11	1	-	14	1	4	9
TOTAIS	248	187	47	14	118	32	44	42

Fonte: BRASIL, 2011, FNE p. 26

Mais especificamente, o PNE definiu como prioridades e objetivos o seguinte:

- A elevação global do nível de escolaridade da população;
- A melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis;
- A redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e permanência, com sucesso, na educação pública; e
- A democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes.

Ainda, com base na sua lei de criação, visando à adequada implementação, execução das ações, o monitoramento e a avaliação para alcançar as metas, o PNE traz como características:

- Duração de 10 anos;
- Elaboração, pelos estados, Distrito Federal e municípios, de planos decenais correspondentes;
- Realização de avaliação intermediária do cumprimento das metas no 4º ano de vigência do Plano;
- Definição, pela União, de mecanismos de acompanhamento das metas, por meio do sistema nacional de avaliação;
- Elaboração, pela União, estados, Distrito Federal e municípios, de planos plurianuais para o cumprimento das metas de seus planos decenais.

O Plano aprovado atendeu os interesses imediatos de grupos empresariais e do Governo, maioria no Congresso, desfigurando o projeto originário da sociedade, reduzindo-o a uma carta de intenções, sendo que esta operava com convicções de mudança política que acompanharia uma mudança legal.

O PNE governo insistia na permanência da atual política educacional e nos seus dois pilares fundamentais: máxima centralização, particularmente na esfera federal, da formulação e da gestão política educacional, com o progressivo abandono, pelo Estado, das tarefas de manter e desenvolver o ensino, transferindo-as, sempre que possível, para a sociedade (VALENTE; ROMANO, 2002, p. 98).

O texto do PNE, votado no parlamento, contemplou algumas medidas, graças à pressão social produzida, sobretudo, pelos profissionais da educação. Contudo, em 09 de janeiro de 2011, o presidente Fernando Henrique Cardoso, sancionou, vetando nove metas que se relacionavam diretamente com o financiamento da educação, em especial a elevação dos gastos com educação, gerando uma contradição entre as metas propostas e a ausência de recursos financeiros para sua concretização. O PNE (2001-2010) tornou-se foco de desconfiança entre os agentes governamentais em vista da ausência de recursos definidos para a execução de suas metas, sendo considerada apenas uma “carta de intenções”.

Para Valente e Romano (2002), há uma enorme distância entre o texto legal aprovado e aquele protocolado pela sociedade. Para uma verificação dos pontos destoantes, abaixo apresentamos um quadro comparativo, retirado (resumidamente) de Valente e Romano (2002, p. 102-103).

Desta forma, a mudança política possibilitaria, simultaneamente, a desoficialização da atual proposta do executivo e a oficialização de uma proposta que, ainda, não é oficial.

Quadro 3 - Comparação entre a proposta da sociedade brasileira e o PNE aprovado

PROPOSTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA	PNE APROVADO
<p>Assegurar os recursos públicos necessários à superação do atraso educacional e ao pagamento da dívida social, bem como à manutenção e ao desenvolvimento da educação escolar em todos os níveis e modalidades, em todos os sistemas de educação.</p> <p>Assegurar a autonomia das escolas e universidades na elaboração do projeto político-pedagógico de acordo com as características e necessidades da comunidade, com financiamento público e gestão democrática, na</p>	<p>Redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública.</p>

PROPOSTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA	PNE APROVADO
perspectiva da consolidação do Sistema Nacional de Educação.	
Consolidar um Sistema Nacional de Educação.	Não trata do tema (em verdade opõe-se a esse instrumento).
Universalizar a educação básica (nos seus diversos níveis e modalidades) e democratizar o ensino superior, ampliando as redes de instituições educacionais, os recursos humanos devidamente qualificados e o número de vagas e fortalecendo o caráter público, gratuito e de qualidade da educação brasileira, em todos os sistemas de educação.	Garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e a permanência na escola e a conclusão desse ensino (...) Ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino – educação infantil, o ensino médio e a educação superior (...).
Garantir a educação pública, gratuita e de qualidade para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, aparelhando as unidades escolares, adequando-lhes os espaços, alocando-lhes recursos humanos suficientes e devidamente qualificados, em todos os sistemas públicos regulares de educação e em todos os níveis e modalidades de ensino.	Não trata do tema em nível de prioridade.

Fonte: Brasil, 2014

Ao observarmos todos os planos elaborados até hoje, ou seja, desde os Pioneiros na década de 1930 até o PNE 2014, caracterizam-se por serem planos de governo, com exceção do Plano Decenal de Educação, pois eram feitos para períodos curtos dentro do espaço de tempo dos mandatos vigentes na época e elaborados por pessoas daquele governo específico. Os dois últimos citados acima foram classificados como Planos de Estado, porque estabeleciam um período para além do governo que os promoveu. No entanto, sua elaboração foi fortemente marcada pelos atores situados nos governos federal, estaduais e municipais e especialistas convidados, com pouco espaço para a participação da sociedade.

Ao verificar questões relacionadas à execução, observamos que tais planos foram executados parcialmente ou sequer tiveram início de ações com muito poucos registros disponíveis.

Vejamos este comentário:

A primeira se situa na raiz histórico-cultural do modo de governar no Brasil, de caráter personalista, vale dizer patrimonialista ou não republicana. Nessa cultura os governantes assumiam seus postos como se o cargo se constituísse em “propriedade” sua e nessa condição faziam prevalecer a sua vontade, a sua visão de mundo, ditada por suas idiossincrasias. Assim, eles se sentiam autorizados a definir as suas prioridades, sem ouvir a sociedade. Na dimensão política, além das turbulências institucionais (duas ditaduras – Estado Novo de Vargas e Regime Militar – ocupando quase três décadas) pesou fortemente a alta rotatividade dos ministros da educação. No período de 70 anos – da criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública pelo

Presidente Vargas em novembro de 1930, até a aprovação do PNE/2001 em janeiro de 2001 - foram 19 presidentes da República (incluindo dois presidentes da Câmara como interinos) e 42 ministros da educação (sem contar os interinos). Isso dá uma média de 20 meses de permanência no cargo para cada Ministro. Se considerarmos que o Ministro Capanema, do primeiro Governo Vargas, o mais longo da história da educação, permaneceu quase doze anos no cargo – de janeiro de 1934 a outubro de 1945 - a média de permanência dos demais cai para 17 meses.

2.5.2 Plano Nacional de Educação 2014-2024

O início do novo século caracteriza-se pela intensa movimentação e participação da sociedade procurando sanar mazelas históricas em relação a políticas educacionais, no aprofundamento de discussões ligadas ao ajustamento da Constituição, Lei de Diretrizes e Bases – LDB e em ações governamentais, isso tudo alcançou êxito até então inédito, pois houve sintonia entre o que foi proposto pela sociedade e ao que era pretendido pelo governo, levando as ações educacionais a ganhar posição de destaque histórico nas políticas públicas nacionais.

Quadro 4 – Ideias básicas do PNE 2014 - 2024

Artigos	Ideia Básica
1º	Registra a aprovação do PNE para 10 anos - atendimento ao Art. 214 da CF/1988.
2º	Apresenta as 10 Diretrizes do PNE.
3º	Versa sobre o cumprimento das Metas e Estratégias a médio e longo prazos dentro da vigência do PNE.
4º	Destaca as referências que fundamentam o PNE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Censos Demográficos, Censos Educacionais da Educação Básica e Superior (disponíveis na data de publicação do PNE).
5º	Registra o cumprimento do PNE por meio de Monitoramento contínuo e Avaliações periódicas, divulgação dos resultados, análise e proposição de políticas públicas e da revisão do percentual de investimento público em educação pelo Ministério da Educação (MEC), Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, Conselho Nacional de Educação (CNE), Fórum Nacional de Educação (FNE).
6º	Trata da realização de Conferências (pelo menos 2) para avaliar a execução do Plano (precedidas de Conferências Distrital, Municipais e Estaduais)
7º	Reafirma o Regime de Colaboração entre os entes federados.
8º	Exige a Elaboração e/ou adequação dos Planos Municipais e Estaduais de Educação (no prazo de 1 ano contado da publicação da Lei que aprovou o PNE).
9º	Ratifica a Gestão democrática da educação: prazo de 2 anos para Municípios e Estados aprovarem Leis específicas.
10	Determina a formulação pelos entes federados de plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais (compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PNE).
11	Confirma o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica: como fonte de Informação para a qualidade da educação básica e para a orientação das Políticas Públicas (a cada 2 anos).
12	Redefine o encaminhamento pelo Poder Executivo, no 9º ano de vigência deste PNE, ao Congresso Nacional do Novo Projeto de Lei para os próximos 10 anos.
13	Estabelece a Instituição, pelo Poder Público, do Sistema Nacional de Educação (prazo de 2 anos a contar da publicação desse PNE).

Artigos	Ideia Básica
14	Define a vigência de 10 anos para o PNE, a partir de 25 de junho de 2014.

Fonte: Aranda; Lima (2014, p. 4)

Para a formulação do PNE, houve alinhamento de discussões e estreitamento de diálogo entre União, Estados, Distrito Federal e municípios, permitindo grandes avanços em relação à visão sistêmica da educação no âmbito do território nacional como um todo e para mostrar a todos a necessidade e a importância da organização do sistema educacional como um todo para a efetivação do Regime de Colaboração, quebrando paradigmas históricos, construindo a unidade nacional com respeito à multiplicidade, aos costumes, à cultura e aos modos locais das pessoas para que possam encontrar melhores maneiras de aprender e, conseqüentemente, viver melhor (Brasil, 2014).

Planejamento, é o contrário de improvisação e, não pode haver improviso quando tenho um objetivo em vista. Então o planejamento se constitui na definição da caminhada da situação presente para o futuro desejado e suas estratégias de percorrê-la. Da transformação da educação que temos para a educação que queremos (BRASIL, 2014, p. 31).

O planejamento constitui-se em uma ferramenta que possibilita visualizar o futuro por meio da realização de ações ordenadas e interligadas sempre na busca pela realização de um objetivo, para isso são necessários três momentos:

- análise da realidade presente como compreensão da situação, da educação que temos – reflexão, leitura de mundo – muito mais que sua contabilização estatística do diagnóstico tradicional;
- projeção das transformações dessa realidade desejada num horizonte de futuro determinado e das estratégias para realizá-las: a qualidade social da educação que queremos, os objetivos e ações necessárias para alcançá-la;
- realização, monitoramento, reflexão e reorientação das ações – a práxis da caminhada.

Elaborado em 1988, no espírito da nova Constituição e da teoria do planejamento estratégico, o documento apontava que, considerando o fortalecimento do Poder Legislativo, o maior espaço de autonomia dos estados e municípios e a participação da sociedade civil, a elaboração do planejamento requeria dos governos novas capacidades e competências para o exercício da negociação:

- de forma democrática, participativa e descentralizada, em sintonia com as aspirações da sociedade brasileira;
- capacidade de fornecer aos dirigentes públicos instrumentos que lhes permitam operar com governabilidade, aumentando a eficácia do aparelho estatal e atuando no sentido determinado pelas forças políticas;
- não se constituir em “camisa de força” para os dirigentes, mas uma referência para que as decisões de curto prazo levem à situação desejada no longo prazo;
- que o planejamento federal interaja com decisões e ações dos estados e municípios.

Nestas conclusões, estão presentes os fundamentos do planejamento estratégico que, em contraposição ao normativo-prescritivo (BRASIL 2011):

- parte da análise e compreensão da situação, da conjuntura política, econômica e social, seus limites e possibilidades, com visão sistêmica do todo social;
- fixa os objetivos, ou metas, como apostas ou propostas para o futuro, a partir de cálculos interativos entre os diferentes atores sociais;
- privilegia a participação dos diferentes atores sociais;
- articula planejamento, ação e avaliação como momentos não sucessivos, mas que interagem para dar viabilidade ao plano.

O planejamento, além de possibilitar visão de futuro, constitui-se em uma aposta, um cálculo que preside a ação com o intuito de criar um futuro desejado, a partir das possibilidades que vislumbramos sem a garantia de que temos o controle sobre esse futuro.

Para planejar adequadamente, é necessária uma visão clara do significado dos termos políticas, objetivos, metas e estratégias (BRASIL 2011), pois as políticas definem as intencionalidades dos negócios do Estado, indicando o rumo a seguir, o futuro desejado. As políticas educacionais fundamentam-se na filosofia, na concepção de educação que deriva da concepção de pessoa e de sociedade que se preconiza e que, por sua vez, definem as intencionalidades e estabelecem o curso das ações do Estado. As políticas dão sentido e canalizam os esforços dos agentes públicos e oferecem os parâmetros para a tomada de decisões.

As diretrizes constituem as orientações, mais especificamente, as definições normativas para seguir o caminho definido pelas políticas. Como o próprio termo

induz, estabelecem a direção da caminhada, os grandes parâmetros, princípios e critérios da ação governamental.

Os objetivos definem os pontos de chegada, traduzindo e particularizando as intencionalidades e diretrizes para cada área ou ação. Os objetivos devem constituir desafios institucionais, compromissos coletivos, orientando efetivamente a ação.

As metas são os passos a dar na caminhada, o quanto se pretende caminhar, onde chegar em determinado tempo. Por isso, alguns preferem definir as metas como objetivos quantificados e datados.

As estratégias definem o como e com o que caminhar, como superar ou contornar os obstáculos, as limitações para atingir os objetivos e suas metas. De origem militar, o termo grego *stratègós* significava a arte do general, ou seja: a arte do comando, da liderança. Hoje, estratégia é definida, tanto por Aurélio quanto por Houaiss, como a arte de utilizar os recursos e as condições favoráveis disponíveis para alcançar objetivos. Podemos dizer que são os processos, os procedimentos da caminhada, a arte e o modo do caminhar rumo aos objetivos/metas.

As três primeiras, políticas, diretrizes e objetivos, dizem respeito mais à orientação e às finalidades da ação governamental e, obviamente, devem constituir os fundamentos do plano. As duas últimas, metas e estratégias, dizem respeito às ações e aos modos de realizá-las previstas no plano, orientadas pelas políticas e diretrizes para alcançar os objetivos.

Os maiores conhecedores de políticas educacionais tinham a opinião de toda a efetividade de um PNE, porém, para poder ser colocado em prática, deveria passar por uma organização sistêmica que garantisse um conjunto de ações articuladas em que os diversos setores, que estariam envolvidos nas ações, colaborassem sendo necessária a junção de forças entre todos os entes federados, efetivando um projeto nacional em que o objetivo maior seria a educação do país. Tal tese não foi vencedora na Constituinte de 1988, sob a alegação de que feriria o princípio federativo, porém o Regime de Colaboração foi contemplado, tornando-se a partir daí princípio constitucional: “Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino” (BRASIL, 1988).

Fator importante a ser citado é a discussão sobre a criação do Sistema Nacional de Educação que foi retomada quando das discussões para a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases, e o anteprojeto de Lei na Comissão de Educação

e Cultura da Câmara que dedicava um longo capítulo ao Sistema Nacional de Educação (SNE) assim concebido:

Art. 8º O Sistema Nacional de Educação, expressão institucional do esforço organizado, autônomo e permanente do Estado e da sociedade brasileira pela educação, compreende os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como outras instituições públicas ou privadas, prestadoras de serviços de natureza educacional” Parágrafo único. Incluem-se entre as instituições públicas e privadas, referidas neste artigo, as de pesquisa científica e tecnológica, as culturais, as de ensino militar, as que realizam experiências populares de educação, as que desenvolvem ações de formação técnico-profissional e as que oferecem cursos livres (Brasil, 1996).

A consolidação de um SNE viria a ser o objeto central das duas conferências de educação promovidas pelo MEC: Conferência Nacional de Educação Básica (CONEB) realizada em Brasília em abril de 2008 e a Conferência Nacional de Educação (CONAE) realizada em Brasília em março/abril de 2010. As duas conferências situaram o SNE como estratégia de efetivação do Regime de Colaboração (BRASIL 2011).

Assim, todas as ações do SNE, eixo central da organização da educação nacional, devem simplificar as estruturas burocráticas, descentralizar os processos de decisão e execução, fortalecer as escolas e as unidades prestadoras de serviços, articular os diferentes níveis e sistemas de ensino, integrar a educação formal e a informal, articular a educação escolar com as ações educativas produzidas no interior dos movimentos populares, valorizar os processos de avaliação institucional, portanto, com a nova forma de condução das políticas educacionais, tudo aquilo, que estaria voltado para a educação, deveria ser pensado levando em consideração o ambiente global e deveria haver ampla discussão com a participação dos diversos setores e da sociedade civil organizada.

O SNE ganharia status constitucional em 2009:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela EC nº 59, de 2009).

Toda a discussão e implementação do PNE estava situada na discussão sobre a regulamentação do Regime de Colaboração e a, conseqüente, criação do SNE com arranjo institucional, buscando torná-lo viável e efetivo de forma que

pudesse suprir todas as expectativas e necessidades históricas na efetivação das ações a serem implementadas a partir de então.

O Regime de Colaboração na sua conceituação, conforme o PNE:

Implica a mútua colaboração a ser concretizada entre os sistemas de ensino e não cooperação entre os entes federados, visando ao atendimento do direito à educação dos cidadãos, e deve ser orientado pelo princípio de capacidade contributiva e de atendimento solidário às incumbências atribuídas a cada ente federado (Brasil, 2011).

A partir de então, o tema em questão estava voltado para a definição das atribuições e responsabilidades entre os entes federados, pois a Constituição cita que, na organização dos sistemas de ensino, os estados atuem prioritariamente no ensino fundamental e médio, e os municípios no ensino fundamental e na educação infantil, com a União exercendo a função supletiva e redistributiva, definindo conjuntamente formas de colaboração de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório, definindo, assim, prioridades, mas não responsabilidades, podendo os estados e municípios atuarem no ensino superior mesmo não atendendo plenamente a educação infantil e a educação básica de jovens e adultos nas faixas etárias ainda não abrangidas pela obrigatoriedade.

2.5.2.1 O Plano Nacional de Educação e suas Concepções

O art. 10 da Lei nº 13.005/2014, que instituiu o PNE 2014/2024 (BRASIL, 2014), estabelece que o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PNE e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução.

Com a Constituição Federal de 1988, ocorre um avanço considerável no campo dos direitos sociais. Em seu artigo 214, por meio da Emenda Constitucional 59/2009, avança em relação às legislações anteriores ao garantir que:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a (EC 59/2009): I – erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – melhoria da qualidade de

ensino; IV – formação para o trabalho; V – promoção humanística, científica e tecnológica do País; VI – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

Durante a vigência do PNE, dois planos plurianuais foram elaborados pelo Executivo Federal e aprovados pelo Governo Federal, sendo eles, o PPA 2004/2007 e o PPA 2008/2011 (Brasil, 2011), foram elaborados com conceito de planejamento estratégico que preconiza, além da participação dos atores sociais abrangidos nas ações neles previstas, objetivos e metas como apostas sobre o futuro, tendo delineadas estratégias de ação que permitiam a realização de objetivos e metas, muitos previstos no PNE.

No PPA 2007/2011, as ações do Governo estão em três eixos bem definidos: crescimento econômico, agenda social e educação de qualidade, podendo ser observado que, finalmente, a educação ganharia prioridade com um dos eixos estruturantes das ações governamentais, dando ênfase, assim, a uma reivindicação histórica das pessoas que pensavam a educação nacional.

Após essa nova roupagem, o PPA 2007/2011 dimensionava a projeção de novas ações de médio e longo prazos, orientadas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), caracterizadas na nova Lei do PPA.

A competitividade econômica, a equidade social e o desempenho cidadão são simultaneamente impactados pela educação. A educação de qualidade representa, portanto, um objetivo estratégico sem o qual o projeto de desenvolvimento nacional em curso não se viabiliza. Para isso, como parte da agenda estratégica, o Governo Federal coloca em execução o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que reúne um conjunto de iniciativas articuladas sob uma abordagem do sistema educativo nacional, cuja prioridade é a melhoria da qualidade da educação básica. Investir na melhoria da qualidade da educação básica passa por investimentos na educação profissional e na educação superior, pois, os diferentes níveis de ensino estão ligados, direta ou indiretamente. Significa mobilizar a sociedade para a importância da educação envolvendo pais, alunos, professores e gestores, em iniciativas que busquem o sucesso e a permanência do aluno na escola.

A mobilização social implica um movimento amplo de comunicação e coordenação de ações capaz de criar sinergia e cooperação nacional na construção da educação de qualidade. Para isso, o Governo Federal cria no PPA 2008-2011 o Programa Compromisso todos pela Educação, com metas estabelecidas, que representa a conjugação dos esforços das Unidades da Federação atuando em regime de colaboração, com famílias e comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação (Brasil, 2011).

No intuito de sustentar os desafios constitucionais de construir uma sociedade livre, justa e solidária, toda a estratégia de governo foi baseada na educação como condição de eixo estruturante da ação do estado, requerendo a construção da

unidade dos sistemas educacionais como sistema nacional, pressupondo assim multiplicidade e não uniformidade (Brasil, 2014).

3 PLANEJAMENTO, PLANO E EDUCAÇÃO NO TOCANTINS: CONCEITOS E DESDOBRAMENTOS

Nessa seção, com dados e informações coletados por meio de revisão bibliográfica e pesquisa documental (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005), em especial, apreendendo um conjunto de publicações oficiais, relatórios e informações que objetivam traduzir os fenômenos sociais estudados, considerando que o conhecimento, segundo Magalhães e Albino (2010, p. 7), “acontece quando captamos o significado dos fenômenos valendo-se dos símbolos, da expressão, da fala, do texto, produzidos pelos sujeitos, procurando apreender os fenômenos em suas diversas manifestações e contextos”, temos por objetivos discutir a importância do planejamento no setor público e privado; compreender as orientações nacionais para o processo de elaboração e implementação do Plano Estadual de Educação; compreender as ações previstas nos Planos Plurianuais (2016-2019 e 2020-2023) para a implementação do Plano Estadual de Educação – 2015-2020.

3.1 Planejamento nos Setores Privado e Público

3.1.1 Planejamento no Setor Privado

Para Giacobbo (1997, p. 73), a crescente magnitude e a complexidade das mudanças, dos desafios, das ameaças, das incertezas, o ritmo das alterações e da evolução do conhecimento impunham às organizações a necessidade de desenvolvimento e adoção de instrumentos de gestão modernos e eficazes voltados para a compreensão do ambiente externo e para a construção de um futuro desejável. Esse instrumento começou a ser mais amplamente utilizado a partir dos anos 70 pelo setor privado, e dos anos 80 pelo setor público.

Na administração pública, a função planejamento começou a ganhar força no final do século XVIII e início do século XIX. Primeiramente, foram elaborados os planos para atender as necessidades de infraestrutura provocadas pelo surgimento e expansão das cidades. A Segunda Guerra Mundial enfatizou a importância e a necessidade de planejar a execução de operações em grande escala. Depois do conflito mundial, a preocupação era com a restauração e conversão dos sistemas de produção, os planos de paz (GIACOBBO, 1997, p. 74).

A administração pública mais do que nunca precisa planejar e gerenciar de forma eficiente e eficaz os recursos disponíveis, compatibilizando-os às necessidades da coletividade, assim, planejar é sinônimo de objetivar, pensar, sonhar e desejar (Rezende, 2008, p. 15). Desta forma, no que se refere à individualidade, planejar é uma ação inerente ao homem que se utiliza do planejamento para traçar objetivos pessoais, sua carreira profissional e outras atividades que vierem a ser necessárias à realização.

Oliveira (2012, p. 41) conceitua planejamento como:

[...] a metodologia administrativa que permite diagnosticar e analisar situações atuais, de estabelecer resultados – objetivos e metas a serem alcançados pelas organizações e de delinear ações estratégicas para alcançar estes resultados, bem como estabelecer leis e normas políticas que servem de sustentação a esse procedimento administrativo.

Para Vasconcellos Filho (1979, p. 882), “o planejamento é uma técnica para estabelecer e manter o sentido de direção, a fim de que as pessoas possam atuar de maneira consistente para fazer o progresso naquela direção”. Drucker (1995, p. 51) diz que

a organização tem que ser determinada, caso contrário seus membros ficarão confusos e seguirão cada um sua própria especialidade, em vez de aplicá-la à tarefa comum. Cada um tenderá a definir os “resultados” em termos de sua própria especialidade e impor seus valores à organização. Somente uma missão focalizada e comum poderá mantê-la unida e capaz de produzir.

Para Drucker, “A diversificação destrói a capacidade de desempenho de uma organização” (GIACOBBO, 1997, p. 77).

Nas instituições, segue-se a mesma premissa, pois torna-se imprescindível que as instituições, tanto públicas quanto privadas, elaborem um planejamento fundamentado tecnicamente, prospectando cenários, criando objetivos organizacionais visualizando o futuro, pois, conforme Andrade e Amboni (2001, p. 5), “planejar representa no contexto empresarial o estabelecimento de um conjunto de providências que o executivo deve tomar para as situações em que o futuro tende a ser diferente do passado”.

Além disso, este ato de planejar de acordo com Rezende e Castor (2006, p. 1) “estabelece as regras de ocupação de solo, define as principais estratégias e políticas do município e explicita as restrições, as proibições e as limitações que deverão ser observadas para manter e aumentar a qualidade de vida para seus municípios”. Tudo isso com o propósito de atingir os objetivos do planejamento. Jorge Bernardi (2012, p. 389) salienta

que “planejar não é, então, um ato casual, mas algo pensado, refletido, um procedimento constante que possui regras e normas a serem seguidas para se chegar ao objetivo desejado”.

Segundo Giacobbo (1997), o planejamento como pré-requisito para provação e liberação de recursos e financiamentos para governos estaduais e municipais ganha força nos anos 60. “Essa demanda provocou a multiplicação em cadeia de unidades de planejamento nas diferentes esferas da administração pública e, com ela, o surgimento de muitos níveis e variedades de planos e metodologias de planejamento” (GIACOBBO, 1997, p. 77).

Ainda, para o mesmo autor (p. 75), “o planejamento é a primeira das funções básicas da administração (planejamento, organização, direção e controle), pois serve exatamente de base para as demais funções.” O planejamento define onde se pretende chegar, o que deve ser feito, quando, como e em que sequência, gera ações. A organização equaciona a realização das ações. O comando ou direção lidera, motiva, cobra, questiona, acompanha, estabelece o ritmo. O controle define os padrões para medir o desempenho, checa o funcionamento, corrige os desvios ou discrepâncias, garante que o planejamento seja realizado.

O planejamento pode ser dividido em três níveis interligados e distintos entre si, sendo eles o nível estratégico, tático e operacional, sendo que o estratégico encontra-se no topo da pirâmide e corresponde às decisões estratégicas por meio da elaboração do planejamento que é um processo contínuo, sistemático e não linear, portanto, sensível a um grande número de condicionantes organizacionais e ambientais que lhe dão caráter de complexidade. Rezende (2008, p. 18) expõe “o planejamento estratégico como um processo dinâmico, sistêmico, coletivo, participativo e contínuo para determinação de objetivos, estratégias e ações da organização”.

Figura 1- Hierarquia do Planejamento



Fonte: Hierarquia do Planejamento (CHIAVENATO, 2003, p. 251)

O nível estratégico, por meio do planejamento estratégico, realiza macro e complexos estudos técnicos do ambiente tanto interno quanto externo da organização, conforme Oliveira (2012, p. 43), “o nível estratégico é o que consolida a interação entre os aspectos internos ou controláveis e os aspectos externos ou não controláveis das organizações”.

Os aspectos internos ou controláveis estão relacionados ao ambiente interno da organização, como a missão, a visão, o desenho, a estratégia, a cultura, os processos e os objetivos organizacionais a serem perseguidos, já os aspectos externos ou não controláveis se relacionam aos aspectos influenciadores que estão fora dos limites da organização, como fatores sociais, políticos, econômicos, tecnológicos e outros.

Para Barney e Hesterly (2011, p. 7), “enquanto a análise externa é focada nas ameaças e oportunidades do ambiente em que a empresa se insere, a análise interna ajuda a empresa a identificar suas forças e fraquezas organizacionais”.

O nível tático encontra-se no centro da pirâmide e corresponde às decisões táticas por meio da elaboração do planejamento tático.

O planejamento tático é o planejamento concebido para uma unidade organizacional, como departamento ou divisão, subsidiária ou equipe multifuncional. Trabalha com a decomposição dos objetivos definidos no planejamento estratégico. Em geral, deve estar atrelado de alguma forma ao planejamento estratégico da organização e focaliza o médio prazo, como o exercício fiscal ou anual da organização. Tem por objetivo otimizar

determinada área de resultados e não a organização como um todo. Tem por finalidade a utilização eficiente e eficaz dos recursos disponíveis para a consecução dos objetivos previamente estabelecidos para a unidade em questão. Está voltado para as atividades-meio da organização (CHIAVENATO, 2003, p. 257-258).

Desta forma, enquanto o nível estratégico é mais amplo e complexo, o nível tático apresenta-se mais específico e está relacionado a uma área definida da organização, o nível tático é o que trabalha com uma determinada área de resultado e não com toda a organização.

Em outras palavras, o planejamento estratégico estabelece a direção principal a ser seguida e guia a organização nesse sentido. Entretanto, os ambientes interno e externo estão em constante mudança, impondo novas demandas, propiciando oportunidades, gerando riscos e ameaças, e as organizações não podem fazer sempre as mesmas coisas e da mesma maneira. É preciso estar permanentemente interagindo com o ambiente, a fim de perceber essas mudanças, acompanhar as alterações e, assim, garantir respostas ágeis e efetivas aos anseios da sociedade. Essa necessidade de interação incessante constitui-se um processo contínuo e dinâmico de constante evolução e adaptação em relação à realidade.

Nesse contexto, o processo de planejamento estratégico precisa ser essencialmente dinâmico, não se esgotando num plano. Requer uma equipe capaz de captar as coisas que estão acontecendo nos ambientes interno e externo, interpretá-las e aplicá-las com rapidez e, assim, dar continuidade ao processo.

O plano é como um mapa de estrada: dá ao motorista uma ideia geral da localização e da direção a ser seguida, mas esse precisa estar permanentemente alerta para corrigir o rumo e atento para enfrentar o imprevisto.

O planejamento, visto como instrumento gerencial, auxilia os administradores no processo decisório desde as decisões mais simples, relativas ao dia a dia, às mais complexas que dizem respeito ao futuro da organização.

Como decidir significa escolher entre alternativas julgadas possíveis, podemos dizer que o sucesso das decisões depende da escolha da melhor alternativa. O planejamento estratégico é um conjunto ordenado de técnicas e procedimentos que busca a coerência na tomada de decisões e a sua otimização, por meio da geração e utilização de informações, interpretação da realidade e orientação temporal e global que permitem a formulação de alternativas mais realistas. Assim, o planejamento constitui-se em uma ferramenta efetiva de

permanente racionalização do processo decisório e de sua execução. Mintzberg (1994) diz que o administrador é uma vítima do meio ambiente e opera dentro de limitações humanas inerentes, portanto, planos e decisões sempre necessitarão de melhoramento.

Além disso, o planejamento estratégico, como tantos outros instrumentos ou técnicas gerenciais (análise financeira, administração por objetivos, orçamento de capital, planejamento de lucro, planejamento de longo prazo), também resultou de um processo de tentativa e erro, como forma de resposta a determinadas necessidades específicas. Assim, além de não ter a solução para todos os problemas organizacionais, o planejamento estratégico também tem suas vantagens e limitações.

3.1.1.1 As Vantagens do Planejamento Estratégico

Vasconcellos Filho (1979, p. 882-895) referindo-se a resultados de pesquisas realizadas por instituições acadêmicas e empresariais, aponta diversas vantagens do planejamento estratégico, discutidas nesta seção.

O planejamento estratégico possibilita o comportamento sinérgico das áreas funcionais da organização. Esse funcionamento integrado só será obtido quando a direção a ser seguida for definida de modo participativo. Isso certamente otimizará o processo de alocação dos recursos em condições de crescente incerteza ambiental.

O planejamento estratégico possibilita à organização manter maior interação com o ambiente. A utilização sistemática do planejamento estratégico estimula e possibilita a busca constante de uma interação positiva com o meio ambiente. Dessa capacidade de interagir depende, em grande parte, a sobrevivência a longo prazo da organização.

O planejamento estratégico incentiva a função diretiva, desperta no executivo a sua função básica de definir a direção a ser seguida pela organização, bem como de redirecionar e refocalizar as ações e atividades de acordo com a realidade, as oportunidades e ameaças ambientais.

O planejamento estratégico transforma a organização reativa em proativa. Isto é, a implementação do planejamento estratégico provoca uma mudança de enfoque na organização que passa a direcionar a alocação de esforços para eventuais erros

futuros, em vez de se concentrar na análise do passado e no gerenciamento das situações do presente.

O planejamento estratégico orienta e agiliza o processo decisório. A utilização sistemática do planejamento estratégico implica estabelecimento de parâmetros que subsidiam e racionalizam o processo decisório. As disfunções da burocracia e a escassez de informações gerenciais conduzem, muitas vezes, a decisões eficientes, porém ineficazes.

O planejamento estratégico desenvolve um processo descentralizado de planejamento. Na formulação do plano, é essencial a completa interação de pessoas de todas as áreas da organização envolvidas no processo decisório. A elaboração dos planos em gabinetes ou a sua contratação fora da instituição, geralmente, cria problemas de ceticismo ou descontinuidade em relação ao processo de planejamento.

O planejamento estratégico força o executivo a desligar-se das atividades do dia a dia, “a rotina desaloja o planejamento: o que é urgente tem prioridade sobre o que é importante” (Herbert A. Simon, in Vasconcellos Filho, 1979, apud GIACOBBO, p. 79). Em geral, os executivos dedicam pouco tempo às funções que lhes são próprias: direção e gerenciamento da organização e delineamento do perfil futuro. A maior parte do tempo é dedicada a atividades de execução ou de gerenciamento de crises ou emergências e à participação em eventos simbólicos e sem importância.

Vasconcelos Filho (1979 citado por GIACOBBO 1997, p. 79), afirma, ainda, que:

O planejamento estratégico incentiva a utilização de modelos organizacionais adequados aos diversos contextos ambientais atuais e futuros. A transparência e a cristalização das vantagens e dos resultados do planejamento evidenciam modelos organizacionais mais flexíveis e, portanto, de maior capacidade de adequação aos diversos contextos ambientais.

O planejamento estratégico orienta o desenvolvimento dos planejamentos organizacional, tático e operacional.

O planejamento estratégico funciona como guia para a elaboração dos planos táticos e operacionais.

O planejamento estratégico permite a obtenção de melhores resultados operacionais. A integração e a sinergia das diferentes áreas funcionais e a otimização da alocação dos recursos garantem resultados melhores e mais efetivos.

O planejamento estratégico orienta e agiliza o processo orçamentário. A inexistência de um processo de planejamento leva ao estabelecimento de objetivos e programas conflitantes e de baixa prioridade, bem como ao atraso na elaboração do orçamento. Saber explorar adequadamente essas é condição essencial para a eficácia do planejamento.

O mesmo autor, Vasconcellos Filho (1979, p. 882-895), no referido trabalho, também identificou diversas limitações do planejamento estratégico. As limitações mais importantes e significativas estão elencadas a seguir.

O ambiente pode não corresponder às expectativas. O planejamento estratégico depende, em grande parte, de uma análise ambiental adequada. Portanto, uma interpretação ou julgamento inadequado da realidade pode levar à adoção de uma estratégia errada.

A resistência interna. A elaboração e implementação de um processo de planejamento estratégico introduzem mudanças na filosofia de atuação e na maneira de ver e de fazer as coisas, o que leva os funcionários a oferecer resistência a essas mudanças.

O planejamento é dispendioso. Para gerar um bom plano estratégico, é preciso alocar no processo significativa parcela de tempo da alta administração e dos melhores funcionários, além da realização de estudos especiais e de levantamento de informações.

O planejamento é difícil. A elaboração e implementação de um processo de planejamento são trabalhos árduos que exigem dos dirigentes e demais participantes do processo alto nível de imaginação, capacidade analítica, criatividade, coragem para implementar mudanças e estabelecer estratégias e, acima de tudo, muita persistência, perseverança e disciplina.

A escolha é limitada quando os planos são completados. Embora o sistema de planejamento seja flexível, monitorado e revisado constantemente, um plano é elaborado para ser implementado, o que limita, de alguma maneira, às ações e alternativas inseridas no plano.

As limitações impostas pelo processo adotado. O próprio sistema de planejamento adotado (excesso de formalismo ou informalismo) gera limitações e dificuldades de implementação.

A capacidade gerencial. O planejamento estratégico não deve substituir a capacitação gerencial dos recursos humanos de responder às demandas ambientais e solucionar os conflitos internos.

A negligência ou o não reconhecimento dessas limitações do planejamento estratégico dificulta a condução do processo e, normalmente, resulta em fracasso de todo o esforço de planejamento.

O nível operacional encontra-se na base da pirâmide, para Oliveira (2012, p. 44) “é o que formaliza, principalmente através de documentos escritos, os processos administrativos estabelecidos para o desenvolvimento da organização” e, ainda, corresponde às decisões operacionais por meio da elaboração do planejamento operacional que é idealizado para a execução ou implementação de uma operação ou atividade específica da organização, tem a duração de curto prazo e constitui a formalização por meio de documentos escritos, processos e métodos de trabalho para cada plano operacional, uma vez que é o responsável pela execução e realização das tarefas e atividades cotidianas, pois a elaboração de um planejamento eficiente, requer a interação dos três níveis do planejamento de maneira estruturada, pois planejamento estratégico aborda a organização como um todo, o planejamento tático considera o que foi definido do planejamento estratégico, mas direcionando suas atividades a uma área específica da organização, e o plano operacional aborda planos mais simples, detalhados e desmembramentos do plano tático.

Inicialmente, o planejamento estratégico foi “mal compreendido pelos administradores envolvidos e visto como ‘mais um exercício de preenchimento de formulários’ exclusivamente para contentar a administração central” (ANSOFF, 1993, p. 295). O planejamento estratégico encontrou, assim, muita resistência por parte dos administradores afetados que procuravam evitá-lo e sabotá-lo. Em consequência dessas dificuldades, somente a partir de 1970, principalmente após o advento da crise energética, é que começou a receber atenção generalizada e a ser adotado nas empresas.

3.1.2 Planejamento no Setor Público

Na administração pública, o processo de planejamento é baseado na complexa estrutura que se desdobra em administração direta e indireta dentro das competências inerentes ao Estado, tendo por finalidade atender às necessidades da sociedade como educação, saúde, segurança, moradia e outros, sempre visando ao bem-estar social e ao bem comum da coletividade e nas suas necessidades fundamentais, dado que é dever gerir os recursos públicos disponíveis a fim de atender o que é primordial à sociedade, priorizando ações de formulação de

programas e ações de políticas públicas que minimizem ou eliminem os percalços sociais.

Todo o trabalho se inicia com o ciclo de políticas públicas por meio do levantamento dos diversos problemas demandados pela coletividade, resguardada a observância de sua relevância, abrangência e impacto social. Após isso, é formulada uma agenda, em que devem ser observados os anseios sociais para que seja verificada a questão das prioridades do poder público para que ingressem na pauta de questões que vislumbrem receber o tratamento de políticas governamentais.

Maximiano (1995, p. 197) define o processo de planejamento de diferentes maneiras:

- é o processo de definir objetivos ou resultados a ser alcançados, bem como os meios para atingi-los;
- é o processo de interferir na realidade, com o propósito de passar de uma situação conhecida para outra situação desejada, dentro de um intervalo definido de tempo;
- é tomar no presente decisões que afetam o futuro, visando a reduzir sua incerteza.

A formulação de políticas públicas responsáveis pela redução de problemas sociais é realizada pelo ciclo de políticas públicas demonstrado abaixo, em que se pressupõe a elaboração de um macroplanejamento por parte da administração pública.

Figura 2 – Ciclo de políticas públicas



Fonte: TCU, 2012

O planejamento é o estudo e estabelecimento das diretrizes e metas que deverão orientar a ação governamental, através de um plano geral de governo, de programas globais, setoriais e regionais de duração plurianual, do orçamento-programa anual e da programação financeira de desembolso, que são seus instrumentos básicos (MEIRELLES, 2014, p. 844).

“O resultado do processo de planejamento são os planos, os quais geralmente são formalizados e representam uma posição estática e momentânea do planejamento e têm a finalidade de descrever ou predeterminar um curso de ação para um período específico” (CHIAVENATO, 1993, p. 256). Os planos consolidam o produto do planejamento e orientam a utilização dos recursos organizacionais e formam a base para o controle e a direção da organização.

Os planos só cumprem sua finalidade quando implementados. Caracteristicamente, os planos são estáticos e concebidos dentro de limitações inerentes ao próprio ser humano, mas são colocados em prática num ambiente complexo, dinâmico e em constante transformação. Isso faz com que retornem continuamente ao processo de planejamento para serem avaliados, revisados, adaptados, corrigidos e aprimorados ao longo do tempo.

Assim, “a qualidade dos planos depende da consistência, das características e da forma como o processo de planejamento é praticado. A busca de informações, a definição precisa dos objetivos, a previsão de alternativas, a predominância da ação” (MAXIMIANO, 1995, p. 208-209) e o dinamismo são requisitos básicos ao processo de planejamento.

O planejamento governamental ganhou notoriedade a partir da Constituição Federal Brasileira (1988), por meio do elo entre planejamento e orçamento, que foi atribuído ao Poder Executivo a prerrogativa de planejar por meio da elaboração de instrumentos intitulados de Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), tratando da vinculação entre planejamento e orçamento público configurando, assim, a sequência de integração das leis orçamentárias.

Atualmente, a própria denominação do planejamento estratégico costuma variar em função de diferentes autores e metodologias. Também é chamado de planejamento corporativo abrangente, planejamento integrado abrangente, planejamento estratégico situacional e outras combinações. Entretanto, independentemente da denominação ou definição, o fato é que esse tipo de planejamento procura respostas para novas situações, por meio da interação com o

meio ambiente e o estabelecimento de um sentido de direção. Ou seja, procura responder às seguintes perguntas: Para onde queremos ir? Qual a direção a ser seguida? Que caminhos escolher?

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento principal do planejamento governamental, uma vez que é por meio de suas ações e finalidades que explicitará a visão de futuro, os valores e os macrodesafios, traduzindo-se na síntese dos esforços de planejamento, orientando a elaboração dos demais planos e programas de governo; e, por meio de seu acompanhamento e avaliação, torna-se possível a verificação da efetividade (alcance dos resultados esperados) na execução de seus programas e revisão dos objetivos e metas inicialmente definidos.

Assim, o PPA, aprovado por uma Lei, será o responsável pelo planejamento das ações do Governo: “a lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal [...]”, conforme conceitua a Constituição de 1988, artigo 165, § 1º.

3.2 Desdobramentos do Plano Nacional de Educação 2014-2024 no planejamento da educação no Tocantins: o Plano Estadual de Educação

O PNE exigiu dos entes federados, e da sociedade civil em geral, articulação e colaboração, na elaboração e implementação dos planos estaduais, distrital e municipais, em consonância consigo, por meio do cumprimento de suas metas.

No Plano Nacional, ficou estabelecido o prazo de um ano, a partir de sua aprovação, para que os demais entes federados adequassem ou elaborassem seus planos de educação; assim como deixou claro que, em 10 anos, todos os municípios deveriam cumprir as 20 metas voltadas à universalização, ampliação de oportunidades educacionais com qualidade social, metas voltadas para a superação das desigualdades e à valorização das diferenças, caminhos imprescindíveis para a equidade, metas relativas à valorização e à formação dos profissionais da educação, metas relativas à educação superior e desafio global relativo ao financiamento.

Dessa forma, o que podemos visualizar é que, no ano de 2024, com a possibilidade do atingimento das metas traçadas, teremos um caminho delineado claramente para a redução das desigualdades sociais entre as regiões, estados e municípios, tudo com base na participação, colaboração e efetivo envolvimento da sociedade: “a educação, em todos os seus níveis e modalidades, é concebida no

PNE de forma ampla, integrada e promotora da inclusão, da democracia e do desenvolvimento econômico, social e cultural do país”. (BRASIL, 2014).

Diante de tamanha empreitada, é necessário ter clareza em relação ao papel e atribuições de cada um dos responsáveis pela elaboração, implantação, acompanhamento, tomada de decisão, correção de estratégias e rumos dos respectivos planos, visando atingir as metas inicialmente estabelecidas.

Visando sua execução, a Lei Federal, também, dispôs que todas as metas e estratégias serão objeto de monitoramento contínuo e avaliações periódicas:

Art. 5º A execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

I - Ministério da Educação - MEC;

II - Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal;

III - Conselho Nacional de Educação - CNE;

IV - Fórum Nacional de Educação (BRASIL, 2014).

Para que tudo ocorra da maneira mais adequada, é de fundamental importância que outros instrumentos de planejamento estejam em consonância com o Plano de Educação, como os planos plurianuais, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; que tenham sua formulação calcada de maneira que possam assegurar dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes estabelecidas nos Planos, como previsto na própria lei do PNE:

Art. 10. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PNE e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução.

Dessa forma, com todas as conquistas e fundamentações das leis vigentes e tendo o ponto de partida estabelecido, agora, faz-se necessário que todas as autoridades constituídas, os educadores e o conjunto da sociedade civil organizada, zelem pelo cumprimento daquilo que foi construído por milhares de mãos, fazendo com que se transforme em um trabalho vigoroso, para que possa contribuir de forma positiva nas políticas educacionais, observando que as leis estaduais e municipais devem prever as sistemáticas e as respectivas instâncias com o intuito de monitorar e avaliar os planos de forma articulada.

3.3 Ações previstas nos Planos Plurianuais (2016-2019 e 2020-2023) para a implementação do Plano Estadual de Educação – 2015-2020

Normatizado pela Lei nº 2.977, 08 de julho de 2015 (TOCANTINS, 2015), o Plano Estadual de Educação do Tocantins (PEE/TO) tem por objetivo conduzir as políticas públicas de educação à realidade do Estado, buscando estabelecer prioridades, diretrizes, objetivos e metas básicas, avançando para uma educação de qualidade para o período de 2015 a 2025.

Como previsto em seu Art. 1º, “É aprovado, na conformidade do art. 8º da Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, o Plano Estadual de Educação do Tocantins - PEE/TO, constante do Anexo Único a esta Lei, que vigorará por dez anos, a contar da publicação”.

O documento, em seu Artigo 2º, cita que “são diretrizes específicas do PEE/TO”:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - promoção da melhoria da educação com qualidade na formação integral e humanizada;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública, consolidada na efetividade da autonomia administrativa, financeira e pedagógica;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica;
- VIII - garantia de recursos públicos em educação com proporção que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos profissionais da educação, com garantia de condições de trabalho;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental;
- XI - fortalecimento do regime de colaboração interfederativo, com definições equilibradas na repartição das responsabilidades e corresponsabilidades;
- XII - o reconhecimento da precedência da família na educação escolar até o término do ensino médio, fortalecendo e tornando efetiva a participação dos pais/mães nas políticas pedagógicas que tratem do assunto. (TOCANTINS, 2015).

Tomando como referência o determinado pelo PNE, em seu Art. 10, o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Tocantins deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PEE/TO, a fim de viabilizar sua plena execução.

Nesse sentido, investigamos a relação entre as Metas do PEE/TO e os PPA 2016-2019 e 2020-2023.

3.3.1 Composição Estratégica do Plano Plurianual 2016-2019

O PPA 2016-2019, normatizado pela Lei nº 3.051, de 21 de dezembro de 2015 (DOE nº 4.527), é o instrumento de planejamento governamental que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estadual para as despesas de capital, custeio e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

O Plano organiza a atuação governamental em programas e ações definidos para o período de sua vigência, os quais se encontram expressos na dimensão estratégica do Plano, orientados pelos eixos temáticos que retratam a agenda de governo organizada pelos Temas das Políticas Públicas que orientam toda a ação governamental. Sua abrangência deve ser a necessária para representar os desafios e organizar a gestão, as transversalidades, as multissetorialidades e a territorialidade. Cada Programa Temático se desdobra em Valor Total, Indicadores, Objetivos, Metas e Título das Ações.

Os eixos temáticos para a discussão e elaboração do PPA são:

- I - Saúde;
- II - Educação e Conhecimento;
- III - Segurança Pública, Assistência Social e Direitos Humanos;
- IV - Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente;
- V - Desenvolvimento Regional, Urbano, Industrial e Infraestrutura;
- VI - Gestão Pública.

Para a elaboração do PPA, o Governo do Estado do Tocantins realizou consultas públicas à população durante todo o ano de 2015 por meio de encontros regionais realizados em municípios, para isso os técnicos das diversas áreas viajaram com antecedência para mobilizar a população, visando citar as necessidades de cada comunidade com o intuito de fundamentar as ações do governo na realidade existente, tendo como Órgão coordenador da realização do Plano Plurianual a Secretaria da Fazenda e Planejamento - SEFAZ (DOE nº 4.527).

Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado são instrumentos do Plano que classificam um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à

manutenção da atuação governamental, bem como as ações não tratadas nos Programas Temáticos.

Figura 3 - Composição estratégica de elaboração do PPA



Fonte: SEFAZ/TO, 2018

Ainda, para esclarecimento, integram o PPA 2016/2019-(TOCANTINS, 2015):

- I - Anexo I: Dimensão Estratégica e Tática;
- II - Anexo II: Eixos Estratégicos e Programas Temáticos;
- III - Anexo III: Programa de Manutenção do Estado;
- IV - Anexo IV: Indicadores Prioritários.

Quadro 5 - Demonstrativo das Metas do PEE/TO e das Ações da SEDUC que constam no PPA 2016/2019 e que devem colaborar para o cumprimento do Plano

Meta PEE 2015-2025	Ação PPA 2016-2019
<p>META 1 – 14 Estratégias</p> <p>Universalizar, até 2016, em regime de colaboração com a União e os Municípios, conforme os padrões de qualidade, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos de idade até o final da vigência deste PEE/TO.</p>	<p>Ação: 2062 – Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica</p> <p>Descrição: Oferta de cursos de formação continuada aos profissionais da educação básica, tendo como etapas: levantamento de demanda, elaboração do plano de capacitação, seleção de materiais e capacitadores, realização dos encontros e avaliação.</p> <p>Ação: 2064 – Formação Inicial dos Profissionais da Educação Básica</p> <p>Descrição: Oferta de formação em nível médio e de graduação para os profissionais da educação básica, tendo como etapas: levantamento de demanda, formação de turmas, seleção de tutores, acompanhamento, monitoramento e avaliação, para formação em nível médio e, para a graduação: levantamento de demanda e estabelecimento de parcerias com instituição de nível superior.</p> <p>Ação: 2109 – Manutenção de Recursos Humanos dos Profissionais da Educação Básica</p> <p>Descrição: Atendimento à remuneração dos profissionais da educação básica, durante os meses de janeiro a dezembro, 13º salário, encargos sociais, mediante o controle de frequência do quantitativo de servidores por</p>

Meta PEE 2015-2025	Ação PPA 2016-2019
	<p>unidade escolar.</p> <p>Ação: 2323 – Monitoramento da Aprendizagem dos Alunos da Educação Básica</p> <p>Descrição: Monitoramento da aprendizagem dos alunos e assessoramento aos profissionais da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino, tendo como etapas: revisão dos instrumentos, análise dos resultados obtidos, monitoramento a distância e in loco.</p>
<p>META 2 – 5 Estratégias</p> <p>Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano o ensino fundamental, em regime de colaboração com a União e os Municípios.</p>	<p>Ação: 2048 – Distribuição de Material Pedagógico para os Alunos da Alfabetização de Jovens e Adultos</p> <p>Descrição: Distribuição de material pedagógico para os alfabetizandos, e para subsidiar os alfabetizadores e coordenadores de turma, tendo como etapas: levantamento da demanda, aquisição e distribuição.</p> <p>Ação: 2062 – Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica</p> <p>Descrição: Oferta de cursos de formação continuada aos profissionais da educação básica, tendo como etapas: levantamento de demanda, elaboração do plano de capacitação, seleção de materiais e capacitadores, realização dos encontros e avaliação.</p> <p>Ação: 2064 – Formação Inicial dos Profissionais da Educação Básica</p> <p>Descrição: Oferta de formação em nível médio e de graduação para os profissionais da educação básica, tendo como etapas: levantamento de demanda, formação de turmas, seleção de tutores, acompanhamento, monitoramento e avaliação, para formação em nível médio e, para a graduação: levantamento de demanda e estabelecimento de parcerias com instituição de nível superior.</p> <p>Ação: 2109 – Manutenção de Recursos Humanos dos Profissionais da Educação Básica</p> <p>Descrição: Atendimento à remuneração dos profissionais da educação básica, durante os meses de janeiro a dezembro, 13º salário, encargos sociais, mediante o controle de frequência do quantitativo de servidores por unidade escolar.</p> <p>Ação: 2323 – Monitoramento da Aprendizagem dos Alunos da Educação Básica</p> <p>Descrição: Monitoramento da aprendizagem dos alunos e assessoramento aos profissionais da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino, tendo como etapas: revisão dos instrumentos, análise dos resultados obtidos, monitoramento a distância e in loco.</p>
<p>META 3 – 8 Estratégias</p> <p>Garantir a oferta com qualidade social, do ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e que, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) dos(as) alunos(as) concluam esta etapa na idade recomendada, até o último ano de</p>	<p>Ação: 1086 – Construção, Reforma e Ampliação de Unidade Escolar</p> <p>Descrição: Construção, reforma e ampliação de unidades escolares que atendam a educação básica, obedecendo aos padrões de qualidade, tendo como etapas: elaboração de projetos e orçamentos, contratação, acompanhamento e</p>

Meta PEE 2015-2025	Ação PPA 2016-2019
vigência deste PEE/TO.	<p>recebimento final da obra.</p> <p>Ação: 1103 – Reforma e Ampliação de Unidade Administrativa Descrição: Reforma e ampliação de unidades administrativas, obedecendo aos padrões de qualidade, tendo como etapas: elaboração de projetos e orçamentos, contratação, acompanhamento e recebimento final da obra.</p> <p>Ação: 2028 – Capacitação dos Alfabetizadores Descrição: Realização de capacitação para alfabetizadores regentes e alfabetizadores na função de coordenadores, tendo como etapas: levantamento da demanda, elaboração do plano de capacitação, seleção de material e capacitador, realização dos encontros e avaliação.</p> <p>Ação: 2048 – Distribuição de Material Pedagógico para os Alunos da Alfabetização de Jovens e Adultos Descrição: Distribuição de material pedagógico para os alfabetizandos, e para subsidiar os alfabetizadores e coordenadores de turma, tendo como etapas: levantamento da demanda, aquisição e distribuição.</p> <p>Ação: 2062 – Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica Descrição: Oferta de cursos de formação continuada aos profissionais da educação básica, tendo como etapas: levantamento de demanda, elaboração do plano de capacitação, seleção de materiais e capacitadores, realização dos encontros e avaliação.</p> <p>Ação: 2064 – Formação Inicial dos Profissionais da Educação Básica Descrição: Oferta de formação em nível médio e de graduação para os profissionais da educação básica, tendo como etapas: levantamento de demanda, formação de turmas, seleção de tutores, acompanhamento, monitoramento e avaliação, para formação em nível médio e, para a graduação: levantamento de demanda e estabelecimento de parcerias com instituição de nível superior.</p>
<p>META 4 – 12 Estratégias</p> <p>Universalizar, até o segundo ano de vigência deste PEE/TO, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final da vigência deste PEE/TO, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).</p>	<p>Ação: 1028 – Reforma e Ampliação de Unidades de Apoio ao Jovem Descrição: Levantamento das necessidades das unidades de apoio que atendem ao jovem obedecendo aos padrões de qualidade, tendo como etapas: elaboração de projetos e orçamentos, contratação, acompanhamento e recebimento final da obra.</p> <p>Ação: 1118 – Construção, Reforma, Ampliação de Infraestrutura Esportiva Descrição: Construção, reforma e ampliação de infraestrutura esportiva que atendam a população tocantinense, obedecendo aos padrões de qualidade, tendo com etapas: elaboração de projetos e orçamentos, contratação, acompanhamento e recebimento final da obra.</p>

Meta PEE 2015-2025	Ação PPA 2016-2019
	<p>Ação: 2048 – Distribuição de Material Pedagógico para os Alunos da Alfabetização de Jovens e Adultos Descrição: Distribuição de material pedagógico para os alfabetizandos, e para subsidiar os alfabetizadores e coordenadores de turma, tendo como etapas: levantamento da demanda, aquisição e distribuição.</p> <p>Ação: 2098 – Manutenção das Unidades de Apoio ao Jovem Descrição: Manutenção das unidades de apoio aos jovens. Reposição de aparelhos, mobiliários em geral e instrumentos, aquisição de materiais de consumo, pagamento de despesas administrativas e outros serviços. Conservação das instalações físicas, elétricas e hidráulicas, acompanhamento das unidades. Realização de processo seletivo para inclusão dos jovens nas Casas do Estudante. Realização de convênios e/ou parceria.</p> <p>Ação: 2123 – Monitoramento das Turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos Descrição: Monitoramento das turmas de alfabetização de jovens e adultos, pelos coordenadores de turma do programa e técnicos da SEDUC.</p> <p>Ação: 2137 – Promoção e Apoio a Eventos Para Juventude Descrição: Realização de conferências, fóruns, audiências públicas, tendo como etapas: planejamento, divulgação e execução do evento, bem como, apoio financeiro a entidades e prefeituras municipais na realização de eventos que promovam o protagonismo juvenil.</p>
<p>META 5 – 7 Estratégias Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.</p>	<p>Ação: 1086 – Construção, Reforma e Ampliação de Unidade Escolar Descrição: Construção, reforma e ampliação de unidades escolares que atendam a educação básica, obedecendo aos padrões de qualidade, tendo como etapas: elaboração de projetos e orçamentos, contratação, acompanhamento e recebimento final da obra.</p> <p>Ação: 1103 – Reforma e Ampliação de Unidade Administrativa Descrição: Reforma e ampliação de unidades administrativas, obedecendo aos padrões de qualidade, tendo como etapas: elaboração de projetos e orçamentos, contratação, acompanhamento e recebimento final da obra.</p> <p>Ação: 2007 – Aparelhamento de Unidade Escolar Descrição: Oferta de acervos bibliográficos, materiais permanentes e pedagógicos, exclusivamente para uso nas unidades escolares da educação básica, tendo como etapas: levantamento de demanda, aquisição e distribuição dos bens adquiridos.</p>
<p>META 6 – 21 Estratégias Universalizar, em regime de colaboração com a</p>	-

Meta PEE 2015-2025	Ação PPA 2016-2019
<p>União e os Municípios, o acesso das populações de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos de idade com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação à educação básica e ao atendimento educacional especializado, prioritariamente, na rede regular de ensino e nas instituições especializadas, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, assegurando também a oferta para a população acima desta faixa etária.</p>	
<p>META 7 – 6 Estratégias Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudos no último ano de vigência deste PEE/TO, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no Estado e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média, entre negros(as) e não negros(as) declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.</p>	-
<p>META 8 – 13 Estratégias Elevar, em regime de colaboração com a União e os Municípios, iniciativa privada e instituições de ensino superior, a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos de idade ou mais, de 87,1% (oitenta e sete inteiros e um décimo por cento) para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2021; erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional, até o final da vigência deste PEE/TO.</p>	<p>Ação: 2004 – Alimentação do Alfabetizando Descrição: Oferta de suplementação alimentar aos alfabetizandos do programa de alfabetização de jovens e adultos, tendo como etapas: levantamento de demanda, distribuição dos alimentos e monitoramento. Ação: 2028 – Capacitação dos Alfabetizadores Descrição: Realização de capacitação para alfabetizadores regentes e alfabetizadores na função de coordenadores, tendo como etapas: levantamento da demanda, elaboração do plano de capacitação, seleção de material e capacitador, realização dos encontros e avaliação. Ação: 2048 – Distribuição de Material Pedagógico para os Alunos da Alfabetização de Jovens e Adultos Descrição: Distribuição de material pedagógico para os alfabetizandos, e para subsidiar os alfabetizadores e coordenadores de turma, tendo como etapas: levantamento da demanda, aquisição e distribuição. Ação: 2123 – Monitoramento das Turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos Descrição: Monitoramento das turmas de alfabetização de jovens e adultos, pelos coordenadores de turma do programa e técnicos da SEDUC.</p>
<p>META 9 – 9 Estratégias Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas da educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.</p>	<p>Ação: 1107 – Construção, Reforma e Ampliação de Unidade da Educação Profissional Descrição: Construção, reforma e ampliação de unidades que ofertam educação profissional, obedecendo aos padrões de qualidade, tendo como etapas: elaboração de projetos e orçamentos, contratação, acompanhamento e</p>

Meta PEE 2015-2025	Ação PPA 2016-2019
	<p>recebimento final da obra.</p> <p>Ação: 1113 – Distribuição de Material para os Alunos Matriculados no Pronatec Descrição: Aquisição e distribuição de materiais pedagógicos, kit estudante, seguro e certificação dos estudantes do Pronatec.</p> <p>Ação: 1114 - Concessão de Bolsa Auxílio aos Estudantes Matriculados no Pronatec Descrição: Concessão de bolsa aos estudantes matriculados no Pronatec, tendo como etapas: matrícula, levantamento de frequência, pagamento da bolsa e prestação de contas.</p> <p>Ação: 1115 – Concessão de Bolsa aos Profissionais que Atuam no Pronatec Descrição: Concessão de bolsa aos profissionais que atuam no Pronatec, tendo como etapas: realização de processo seletivo, levantamento de carga horária cumprida e relatório de atividades executadas, pagamento da bolsa e prestação de contas.</p> <p>Ação: 2319 – Aparelhamento de Unidade da Educação Profissional Descrição: Aparelhamento de unidades que atendam à educação profissional, tendo com etapas: levantamento de demanda, aquisição e distribuição de mobiliários, equipamentos e acervo bibliográfico.</p> <p>Ação: 2335 – Manutenção de Unidade da Educação Profissional Descrição: Manutenção de unidades que atendam à educação profissional com: pequenos reparos e manutenção de equipamentos e mobiliários; fornecimento de água, energia e serviços de telecomunicações; disponibilização de materiais e serviços de limpeza e conservação, dentre outros.</p> <p>Ação: 2343 – Apoio às Turmas da Educação Profissional Descrição: Atendimento às turmas da educação profissional com: materiais pedagógicos e específicos para as aulas, transporte de alunos para visitas técnicas (seminários, aulas de campo).</p> <p>Ação: 2373 – Formação Continuada de Profissionais da Educação Profissional Descrição: Oferta de cursos de formação continuada aos profissionais da educação profissional, tendo como etapas: levantamento de demanda, elaboração do plano de capacitação, seleção de materiais e capacitadores, realização dos encontros e avaliação.</p> <p>Ação: 2374 – Monitoramento e Fiscalização das Unidades de Educação Profissional Descrição: Monitoramento, fiscalização e avaliação da Educação Profissional no Estado, conforme legislação vigente. Regulação, supervisão e avaliação do Ensino Técnico e Estadual, em regime de colaboração com o Conselho Estadual de Educação do Tocantins.</p>

Meta PEE 2015-2025	Ação PPA 2016-2019
<p>META 10 – 11 Estratégias</p> <p>Universalizar, a partir de 2016, a oferta do ensino fundamental e médio, no ensino regular e na modalidade de jovens e adultos, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais e unidades socioeducativas, em regime de colaboração com União e os Municípios.</p>	<p>Ação: 2048 – Distribuição de Material Pedagógico para os Alunos da Alfabetização de Jovens e Adultos</p> <p>Descrição: Distribuição de material pedagógico para os alfabetizandos, e para subsidiar os alfabetizadores e coordenadores de turma, tendo como etapas: levantamento da demanda, aquisição e distribuição.</p> <p>Ação: 2098 – Manutenção das Unidades de Apoio ao Jovem</p> <p>Descrição: Manutenção das unidades de apoio aos jovens. Reposição de aparelhos, mobiliários em geral e instrumentos, aquisição de materiais de consumo, pagamento de despesas administrativas e outros serviços. Conservação das instalações físicas, elétricas e hidráulicas, acompanhamento das unidades. Realização de processo seletivo para inclusão.</p> <p>Ação: 2123 – Monitoramento das Turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos</p> <p>Descrição: Monitoramento das turmas de alfabetização de jovens e adultos, pelos coordenadores de turma do programa e técnicos da SEDUC.</p> <p>Ação: 2137 – Promoção e Apoio a Eventos Para Juventude</p> <p>Descrição: Realização de conferências, fóruns, audiências públicas, tendo como etapas: planejamento, divulgação e execução do evento, bem como, apoio financeiro a entidades e prefeituras municipais na realização de eventos que promovam o protagonismo juvenil.</p>
<p>META 11- 9 Estratégias</p> <p>Garantir a abordagem da educação ambiental como dimensão sistêmica, inter, multi e transdisciplinar, de forma contínua e permanente em todos os níveis e modalidades da educação, enfatizando a natureza como fonte de vida e a relação da humanidade com o meio ambiente.</p>	<p>Ação: 2048 – Distribuição de Material Pedagógico para os Alunos da Alfabetização de Jovens e Adultos</p> <p>Descrição: Distribuição de material pedagógico para os alfabetizandos, e para subsidiar os alfabetizadores e coordenadores de turma, tendo como etapas: levantamento da demanda, aquisição e distribuição.</p> <p>Ação: 2098 – Manutenção das Unidades de Apoio ao Jovem</p> <p>Descrição: Manutenção das unidades de apoio aos jovens. Reposição de aparelhos, mobiliários em geral e instrumentos, aquisição de materiais de consumo, pagamento de despesas administrativas e outros serviços. Conservação das instalações físicas, elétricas e hidráulicas, acompanhamento das unidades. Realização de processo seletivo para inclusão.</p> <p>Ação: 2123 – Monitoramento das Turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos</p> <p>Descrição: Monitoramento das turmas de alfabetização de jovens e adultos, pelos coordenadores de turma do programa e técnicos da SEDUC.</p> <p>Ação: 2137 – Promoção e Apoio a Eventos Para Juventude</p> <p>Descrição: Realização de conferências, fóruns,</p>

Meta PEE 2015-2025	Ação PPA 2016-2019
	audiências públicas, tendo como etapas: planejamento, divulgação e execução do evento, bem como, apoio financeiro a entidades e prefeituras municipais na realização de eventos que promovam o protagonismo juvenil.
<p>META 12 – 5 Estratégias Universalizar, até o quinto ano da vigência deste PEE/TO, a implementação das diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos na Seduc/TO, nas diretorias regionais de educação, na gestão pedagógica e administrativa das escolas e no currículo da educação básica.</p>	-
<p>META 13 – 13 Estratégias Universalizar, até o terceiro ano deste PEE/TO, em regime de colaboração com a União e os Municípios, a oferta de educação escolar indígena diferenciada, bilíngue, intercultural e comunitária, em todas as etapas e modalidades da educação básica, em conformidade com as características e especificidades de cada povo indígena.</p>	<p>Ação: 2368 – Execução do PDDE Indígena Descrição: Execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) das unidades escolares indígenas através da aquisição de materiais de consumo, na avaliação de aprendizagem da escola, na implementação de projeto pedagógico, no desenvolvimento de atividades educacionais, na realização de pequenos reparos, adequações e serviços necessários à manutenção, conservação e melhoria da estrutura física da unidade escolar, em conformidade com o Art. 4, Resolução/CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013 ou outra que a substitua.</p>
<p>META 14 – 8 Estratégias Universalizar a implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana; e diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola, alcançando 30% (trinta por cento) das escolas até o terceiro ano de vigência do PEE/TO; 70% (setenta por cento) até o sétimo ano e 100% (cem por cento) até o final deste PEE/TO.</p>	-
<p>META 15 - 15 Estratégias Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.</p>	<p>Ação: 1103 – Reforma e Ampliação de Unidade Administrativa Descrição: Reforma e ampliação de unidades administrativas, obedecendo aos padrões de qualidade, tendo como etapas: elaboração de projetos e orçamentos, contratação, acompanhamento e recebimento final da obra. Ação: 1107 – Construção, Reforma e Ampliação de Unidade da Educação Profissional Descrição: Construção, reforma e ampliação de unidades que ofertam educação profissional, obedecendo aos padrões de qualidade, tendo como etapas: elaboração de projetos e orçamentos, contratação, acompanhamento e recebimento final da obra. Ação: 2319 – Aparelhamento de Unidade da Educação Profissional Descrição: Aparelhamento de unidades que atendam à educação profissional, tendo com etapas: levantamento de demanda, aquisição e distribuição de mobiliários, equipamentos e acervo bibliográfico. Ação: 2335 – Manutenção de Unidade da Educação Profissional Descrição: Manutenção de unidades que</p>

Meta PEE 2015-2025	Ação PPA 2016-2019
	<p>atendam à educação profissional com: pequenos reparos e manutenção de equipamentos e mobiliários; fornecimento de água, energia e serviços de telecomunicações; disponibilização de materiais e serviços de limpeza e conservação, dentre outros.</p> <p>Ação: 2373 – Formação Continuada de Profissionais da Educação Profissional</p> <p>Descrição: Oferta de cursos de formação continuada aos profissionais da educação profissional, tendo como etapas: levantamento de demanda, elaboração do plano de capacitação, seleção de materiais e capacitadores, realização dos encontros e avaliação.</p> <p>Ação: 2374 – Monitoramento e Fiscalização das Unidades de Educação Profissional</p> <p>Descrição: Monitoramento, fiscalização e avaliação da Educação Profissional no Estado, conforme legislação vigente. Regulação, supervisão e avaliação do Ensino Técnico e Estadual, em regime de colaboração com o Conselho Estadual de Educação do Tocantins.</p>
<p>META 16 – 15 Estratégias</p> <p>Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas no segmento público.</p>	-
<p>META 17 - 7 Estratégias</p> <p>Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores(as) do corpo docente, em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior, para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) de doutores(as).</p>	-
<p>META 18 - 9 Estratégias</p> <p>Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 70 (setenta) mestres e 40 (quarenta) doutores(as).</p>	-
<p>META 19 - 14 Estratégias</p> <p>Garantir, em regime de colaboração com a União e os Municípios, a formação de todos os professores da educação básica em nível superior público, obtida em curso de licenciatura na área de atuação, sendo no mínimo 80 % (oitenta por cento) nos primeiros 5 (cinco) anos e 100% (cem por cento) até o final da vigência deste PEE/TO.</p>	<p>Ação: 2062 – Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica</p> <p>Descrição: Oferta de cursos de formação continuada aos profissionais da educação básica, tendo como etapas: levantamento de demanda, elaboração do plano de capacitação, seleção de materiais e capacitadores, realização dos encontros e avaliação.</p> <p>Ação: 2064 – Formação Inicial dos Profissionais da Educação Básica</p> <p>Descrição: Oferta de formação em nível médio e de graduação para os profissionais da educação básica, tendo como etapas: levantamento de demanda, formação de turmas, seleção de tutores, acompanhamento, monitoramento e</p>

Meta PEE 2015-2025	Ação PPA 2016-2019
	<p>avaliação, para formação em nível médio e, para a graduação: levantamento de demanda e estabelecimento de parcerias com instituição de nível superior.</p> <p>Ação: 2109 – Manutenção de Recursos Humanos dos Profissionais da Educação Básica</p> <p>Descrição: Atendimento à remuneração dos profissionais da educação básica, durante os meses de janeiro a dezembro, 13º salário, encargos sociais, mediante o controle de frequência do quantitativo de servidores por unidade escolar.</p>
<p>META 20 – 18 Estratégias</p> <p>Instituir, no primeiro ano de vigência deste PEE/TO, programa de formação continuada para profissionais da educação básica, sob o gerenciamento do Estado, extensivo aos municípios, com a finalidade de sistematizar cursos demandados e ofertados, seja de iniciativa própria ou adesões a programas do MEC, estabelecendo monitoramento sistemático.</p>	<p>Ação: 2062 – Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica</p> <p>Descrição: Oferta de cursos de formação continuada aos profissionais da educação básica, tendo como etapas: levantamento de demanda, elaboração do plano de capacitação, seleção de materiais e capacitadores, realização dos encontros e avaliação.</p> <p>Ação: 2109 – Manutenção de Recursos Humanos dos Profissionais da Educação Básica</p> <p>Descrição: Atendimento à remuneração dos profissionais da educação básica, durante os meses de janeiro a dezembro, 13º salário, encargos sociais, mediante o controle de frequência do quantitativo de servidores por unidade escolar.</p>
<p>META 21 – 19 Estratégias</p> <p>Implementar política pública de valorização e condições de trabalho dos profissionais do magistério da educação básica da rede pública estadual, assegurando o prazo de, um 1 (um) ano para reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR, Lei no 2.859/2014, Art. 206, da CF e Art. 67 da LDB, de forma a equiparar seu rendimento médio aos demais profissionais, com escolaridade equivalente, até o sexto ano de vigência deste PEE/TO.</p>	<p>Ação: 2062 – Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica</p> <p>Descrição: Oferta de cursos de formação continuada aos profissionais da educação básica, tendo como etapas: levantamento de demanda, elaboração do plano de capacitação, seleção de materiais e capacitadores, realização dos encontros e avaliação.</p> <p>Ação: 2064 – Formação Inicial dos Profissionais da Educação Básica</p> <p>Descrição: Oferta de formação em nível médio e de graduação para os profissionais da educação básica, tendo como etapas: levantamento de demanda, formação de turmas, seleção de tutores, acompanhamento, monitoramento e avaliação, para formação em nível médio e, para a graduação: levantamento de demanda e estabelecimento de parcerias com instituição de nível superior.</p> <p>Ação: 2109 – Manutenção de Recursos Humanos dos Profissionais da Educação Básica</p> <p>Descrição: Atendimento à remuneração dos profissionais da educação básica, durante os meses de janeiro a dezembro, 13º salário, encargos sociais, mediante o controle de frequência do quantitativo de servidores por unidade escolar.</p>
<p>META 22 – 10 Estratégias</p> <p>Assegurar, em regime de colaboração com a União, recursos e apoio técnico, para, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PEE/TO, efetivar</p>	<p>Ação: 1075 – Implementação da Gestão Democrática</p> <p>Descrição: Implementação do processo de efetivação da gestão democrática nas Unidades</p>

Meta PEE 2015-2025	Ação PPA 2016-2019
a gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos e a consulta pública a comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas estaduais.	Escolares, tendo como etapas: formação dos membros das comissões (subcomissão estadual, regional e local); a verificação de conhecimentos dos profissionais efetivos da Secretaria de Educação do Tocantins nas dimensões pedagógica, administrativa, financeira e jurídica; avaliação do plano individual de gestão escolar, certificação dos profissionais efetivos da Secretaria de Educação do Tocantins selecionados nas dimensões pedagógica, administrativa, financeira e jurídica, a realização da eleição direta e secreta articulada pela comissão local (AAE); formação dos diretores eleitos; monitoramento, avaliação anual dos diretores eleitos.
META 23 – 47 Estratégias Garantir a qualidade da educação básica em todas as etapas, níveis e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias estaduais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.	Ação: 1016 – Capacitação do Órgãos Colegiados Descrição: Capacitações para os membros das associações de apoio à escola/conselhos escolares e grêmios estudantis, tendo como etapas: elaboração do projeto, levantamento da demanda, capacitação e monitoramento dos órgãos colegiados.
META 24 – 28 Estratégias Garantir e fiscalizar a aplicação das fontes de financiamento da educação, conforme preceitua o art. 212 da Constituição Federal e demais legislações pertinentes, e ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB estadual, a partir da vigência do Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB, ao final do PEE/TO.	-

Fonte: elaborado pelo autor com base no PEE e PPA-Tocantins.

O Quadro 5 apresenta um demonstrativo das Metas do PEE/TO 2015-2025 e das Ações da Seduc que constam no PPA 2016-2019 e que devem colaborar para o cumprimento do Plano, uma vez que, conforme demonstrado nesse trabalho, o planejamento plurianual organiza a atuação governamental em programas e ações definidas para um determinado período e, conseqüentemente, dá suporte para que se tenha condições de atingir as metas estabelecidas.

A opção pela demonstração das referidas informações no quadro facilita a visualização das ações do período de 2016 a 2019 que deveriam dar suporte para o cumprimento do PEE/TO e mostra que, para algumas metas, não há identificação clara de sustentação para implementação, ou seja, ações de suporte, o que dificulta o atingimento das respectivas metas.

As metas não contempladas com ações do PPA, em sua maioria, tratam de temas polêmicos no campo da educação sendo: educação inclusiva; educação do

campo; educação dos mais pobres; educação em direitos humanos; desigualdade de acesso à educação para negros; implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana; educação escolar quilombola; financiamento da educação; e educação superior.

3.3.2 Plano Plurianual 2020-2023

Tendo como período de execução de quatro anos, o PPA teve início de vigência no ano de 2020, sendo esse o segundo ano da atual Gestão do Governo do Estado, e o ano de 2023 como último para a execução das ações que constam no referido Plano.

A Secretaria da Fazenda e Planejamento - SEFAZ é o Órgão que coordenou a elaboração do PPA no ano de 2019, com encontros regionais em que a população foi mobilizada e convidada a se fazer presente para propor ações com intuito de ser o mais realista possível, uma vez que todos os Órgãos que compõem a estrutura operacional do Governo do Estado enviaram técnicos para auxiliarem na coleta das informações, bem como para posterior inserção das informações por meio de ações de interesse de cada Órgão para a efetiva execução das ações, transformando isso em benefício para a coletividade (TOCANTINS 2019).

Como citado, a SEDUC participou das reuniões temáticas, bem como da proposta das ações que, após aprovadas, serão transformadas em Lei(s) para a elaboração do Orçamento do Estado com os devidos recursos alocados para a execução.

Quadro 6 - Demonstrativo das Metas do PEE/TO e das devidas ações do PPA 2020/2023 que darão suporte para a execução do Plano

Meta PEE/2015-2015	Ação PPA 2020-2023
<p>META 1 – 14 Estratégias Universalizar, até 2016, em regime de colaboração com a União e os Municípios, conforme os padrões de qualidade, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos de idade até o final da vigência deste PEE/TO.</p>	<p>Ação: 2062 – Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica Descrição: Oferta de cursos de formação continuada aos profissionais da educação básica, tendo como etapas: levantamento de demanda, elaboração do plano de capacitação, seleção de materiais e capacitadores, realização dos encontros e avaliação. Ação: 2064 Formação inicial dos profissionais da Educação Básica Descrição: Formalização de convênios ou parcerias, realização de capacitações de profissionais da área esportiva, distribuição de</p>

Meta PEE/2015-2015	Ação PPA 2020-2023
	<p>materiais esportivos, aquisição de materiais de consumo, equipamentos, concessão de bolsa atleta para atletas de destaque de diversas modalidades esportivas, auxílio financeiro para atletas, despesas com diárias, assinaturas de termos de adesão e acompanhamento dos atletas beneficiados. Parcerias e intercâmbios nacionais e internacionais.</p> <p>Ação: 2109 – Manutenção de Recursos Humanos dos Profissionais da Educação Básica</p> <p>Descrição: Atendimento à remuneração dos profissionais da educação básica, durante os meses de janeiro a dezembro, 13º salário, encargos sociais, mediante o controle de frequência do quantitativo de servidores por unidade escolar.</p> <p>Ação: 2323 – Monitoramento da Aprendizagem dos Alunos da Educação Básica</p> <p>Descrição: Monitoramento da aprendizagem dos alunos e assessoramento aos profissionais da educação básica da rede estadual de ensino realizado in loco e a distância, tendo como etapas: diagnóstico, revisão dos instrumentos, avaliação e intervenções propositivas.</p>

Meta PEE/2015-2015	Ação PPA 2020-2023
<p>META 2 – 5 Estratégias Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental, em regime de colaboração com a União e os Municípios.</p>	<p>Ação: 2062 – Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica Descrição: Oferta de cursos de formação continuada aos profissionais da educação básica, tendo como etapas: levantamento de demanda, elaboração do plano de capacitação, seleção de materiais e capacitadores, realização dos encontros e avaliação.</p> <p>Ação: 2064 Formação inicial dos profissionais da Educação Básica Descrição: Formalização de convênios ou parcerias, realização de capacitações de profissionais da área esportiva, distribuição de materiais esportivos, aquisição de materiais de consumo, equipamentos, concessão de bolsa atleta para atletas de destaque de diversas modalidades esportivas, auxílio financeiro para atletas, despesas com diárias, assinaturas de termos de adesão e acompanhamento dos atletas beneficiados. Parcerias e intercâmbios nacionais e internacionais.</p> <p>Ação: 2109 – Manutenção de Recursos Humanos dos Profissionais da Educação Básica Descrição: Atendimento à remuneração dos profissionais da educação básica, durante os meses de janeiro a dezembro, 13º salário, encargos sociais, mediante o controle de frequência do quantitativo de servidores por unidade escolar.</p> <p>Ação: 2323 – Monitoramento da Aprendizagem dos Alunos da Educação Básica Descrição: Monitoramento da aprendizagem dos alunos e assessoramento aos profissionais da educação básica da rede estadual de ensino realizado in loco e a distância, tendo como etapas: diagnóstico, revisão dos instrumentos, avaliação e intervenções propositivas.</p>
<p>META 3 – 8 Estratégias Garantir a oferta com qualidade social, do ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e que, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) dos(as) alunos(as) concluam esta etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PEE/TO.</p>	<p>Ação: 1086 – Construção, Reforma e Ampliação de Unidade Escolar Descrição: Construção, reforma e ampliação de unidades escolares que atendam a educação básica, obedecendo aos padrões de qualidade, tendo como etapas: elaboração de projetos e orçamentos, contratação, acompanhamento e recebimento final da obra.</p> <p>Ação: 2062 – Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica Descrição: Oferta de cursos de formação continuada aos profissionais da educação básica, tendo como etapas: levantamento de demanda, elaboração do plano de capacitação, seleção de materiais e capacitadores, realização dos encontros e avaliação.</p> <p>Ação: 2064 Formação inicial dos profissionais da Educação Básica</p>

Meta PEE/2015-2015	Ação PPA 2020-2023
	<p>Descrição: Formalização de convênios ou parcerias, realização de capacitações de profissionais da área esportiva, distribuição de materiais esportivos, aquisição de materiais de consumo, equipamentos, concessão de bolsa atleta para atletas de destaque de diversas modalidades esportivas, auxílio financeiro para atletas, despesas com diárias, assinaturas de termos de adesão e acompanhamento dos atletas beneficiados. Parcerias e intercâmbios nacionais e internacionais.</p> <p>Ação: 2109 – Manutenção de Recursos Humanos dos Profissionais da Educação Básica</p> <p>Descrição: Atendimento à remuneração dos profissionais da educação básica, durante os meses de janeiro a dezembro, 13º salário, encargos sociais, mediante o controle de frequência do quantitativo de servidores por unidade escolar.</p> <p>Ação: 2323 – Monitoramento da Aprendizagem dos Alunos da Educação Básica</p> <p>Descrição: Monitoramento da aprendizagem dos alunos e assessoramento aos profissionais da educação básica da rede estadual de ensino realizado in loco e a distância, tendo como etapas: diagnóstico, revisão dos instrumentos, avaliação e intervenções propositivas.</p> <p>Ação: 2349 – Distribuição de Material Didático Pedagógico aos Alunos da Rede Estadual de Ensino</p> <p>Descrição: Aluno da educação básica, de todas as modalidades de ensino, atendido com material didático pedagógico tais como: livros para atender às especificidades educacionais, apostilas, jogos pedagógicos, dentre outros.</p>
<p>META 4 – 12 Estratégias</p> <p>Universalizar, até o segundo ano de vigência deste PEE/TO, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final da vigência deste PEE/TO, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).</p>	<p>Ação: 1028 – Reforma e Ampliação de Unidades de Apoio ao Jovem</p> <p>Descrição: Levantamento das necessidades das unidades de apoio que atendem ao jovem obedecendo aos padrões de qualidade, tendo como etapas: elaboração de projetos e orçamentos, contratação, acompanhamento e recebimento final da obra.</p> <p>Ação: 1118 – Construção, Reforma, Ampliação de Infraestrutura Esportiva</p> <p>Descrição: Construção, reforma e ampliação de infraestrutura esportiva que atendam a população tocantinense, obedecendo aos padrões de qualidade, tendo como etapas: elaboração de projetos e orçamentos, contratação, acompanhamento e recebimento final da obra.</p> <p>Ação: 2048 – Distribuição de Material Pedagógico para os Alunos da Alfabetização de Jovens e Adultos</p> <p>Descrição: Distribuição de material pedagógico para os alfabetizandos, e para subsidiar os</p>

Meta PEE/2015-2015	Ação PPA 2020-2023
	<p>alfabetizadores e coordenadores de turma, tendo como etapas: levantamento da demanda, aquisição e distribuição.</p> <p>Ação: 2098 – Manutenção das Unidades de Apoio ao Jovem</p> <p>Descrição: Manutenção das unidades de apoio aos jovens. Reposição de aparelhos, mobiliários em geral e instrumentos, aquisição de materiais de consumo, pagamento de despesas administrativas e outros serviços. Conservação das instalações físicas, elétricas e hidráulicas, acompanhamento das unidades. Realização de processo seletivo para inclusão dos jovens nas Casas do Estudante. Realização de convênios e/ou parceria.</p> <p>Ação: 2123 – Monitoramento das Turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos</p> <p>Descrição: Monitoramento das turmas de alfabetização de jovens e adultos, pelos coordenadores de turma do programa e técnicos da SEDUC.</p> <p>Ação: 2137 – Promoção e Apoio a Eventos Para Juventude</p> <p>Descrição: Realização de conferências, fóruns, audiências públicas, tendo como etapas: planejamento, divulgação e execução do evento, bem como, apoio financeiro a entidades e prefeituras municipais na realização de eventos que promovam o protagonismo juvenil.</p>
<p>META 5 – 7 Estratégias</p> <p>Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.</p>	<p>Ação: 1086 – Construção, Reforma e Ampliação de Unidade Escolar</p> <p>Descrição: Construção, reforma e ampliação de unidades escolares que atendam a educação básica, obedecendo aos padrões de qualidade, tendo como etapas: elaboração de projetos e orçamentos, contratação, acompanhamento e recebimento final da obra.</p> <p>Ação: 1103 – Reforma e Ampliação de Unidade Administrativa</p> <p>Descrição: Reforma e ampliação de unidades administrativas, obedecendo aos padrões de qualidade, tendo como etapas: elaboração de projetos e orçamentos, contratação, acompanhamento e recebimento final da obra.</p> <p>Ação: 2007 – Aparelhamento de Unidade Escolar</p> <p>Descrição: Oferta de acervos bibliográficos, materiais permanentes e pedagógicos, exclusivamente para uso nas unidades escolares da educação básica, tendo como etapas: levantamento de demanda, aquisição e distribuição dos bens adquiridos.</p> <p>Ação: 2062 – Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica</p> <p>Descrição: Oferta de cursos de formação continuada aos profissionais da educação básica, tendo como etapas: levantamento de demanda, elaboração do plano de capacitação, seleção de materiais e capacitadores,</p>

Meta PEE/2015-2015	Ação PPA 2020-2023
	<p>realização dos encontros e avaliação.</p> <p>Ação: 2064 – Formação Inicial dos Profissionais da Educação Básica</p> <p>Descrição: Oferta de cursos de formação em nível médio e de graduação para os profissionais da educação básica, tendo como etapas: levantamento de demanda, elaboração do plano de curso, seleção de tutores/formadores, seleção ou elaboração de materiais, formação de turmas, acompanhamento/monitoramento, avaliação e certificação.</p> <p>Ação: 2109 – Manutenção dos Recursos Humanos dos Profissionais da Educação Básica</p> <p>Descrição: Atendimento à remuneração dos profissionais da educação básica, durante os meses de janeiro a dezembro, 13º salário, encargos sociais, mediante o controle de frequência do quantitativo de servidores por unidade escolar.</p> <p>Ação: 2323 – Monitoramento da Aprendizagem dos Alunos da Educação Básica</p> <p>Descrição: Monitoramento da aprendizagem dos alunos e assessoramento aos profissionais da educação básica da rede estadual de ensino realizado in loco e a distância, tendo como etapas: diagnóstico, revisão dos instrumentos, avaliação e intervenções propositivas.</p>
<p>META 6 – 21 Estratégias</p> <p>Universalizar, em regime de colaboração com a União e os Municípios, o acesso das populações de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos de idade com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação à educação básica e ao atendimento educacional especializado, prioritariamente, na rede regular de ensino e nas instituições especializadas, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, assegurando também a oferta para a população acima desta faixa etária.</p>	-
<p>META 7 – 6 Estratégias</p> <p>Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudos no último ano de vigência deste PEE/TO, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no Estado e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média, entre negros(as) e não negros(as) declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.</p>	<p>Ação: 1028 – Reforma e Ampliação de Unidades de Apoio ao Jovem</p> <p>Descrição: Levantamento das necessidades das unidades de apoio que atendem ao jovem obedecendo aos padrões de qualidade, tendo como etapas: elaboração de projetos e orçamentos, contratação, acompanhamento e recebimento final da obra.</p> <p>Ação: 1118 – Construção, Reforma, Ampliação de Infraestrutura Esportiva</p> <p>Descrição: Construção, reforma e ampliação de infraestrutura esportiva que atendam a população tocantinense, obedecendo aos padrões de qualidade, tendo com etapas: elaboração de projetos e orçamentos,</p>

Meta PEE/2015-2015	Ação PPA 2020-2023
	<p>contratação, acompanhamento e recebimento final da obra.</p> <p>Ação: 2048 – Distribuição de Material Pedagógico para os Alunos da Alfabetização de Jovens e Adultos</p> <p>Descrição: Distribuição de material pedagógico para os alfabetizandos, e para subsidiar os alfabetizadores e coordenadores de turma, tendo como etapas: levantamento da demanda, aquisição e distribuição.</p> <p>Ação: 2098 – Manutenção das Unidades de Apoio ao Jovem</p> <p>Descrição: Manutenção das unidades de apoio aos jovens. Reposição de aparelhos, mobiliários em geral e instrumentos, aquisição de materiais de consumo, pagamento de despesas administrativas e outros serviços. Conservação das instalações físicas, elétricas e hidráulicas, acompanhamento das unidades. Realização de processo seletivo para inclusão dos jovens nas Casas do Estudante. Realização de convênios e/ou parceria.</p> <p>Ação: 2123 – Monitoramento das Turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos</p> <p>Descrição: Monitoramento das turmas de alfabetização de jovens e adultos, pelos coordenadores de turma do programa e técnicos da SEDUC.</p> <p>Ação: 2137 – Promoção e Apoio a Eventos Para Juventude</p> <p>Descrição: Realização de conferências, fóruns, audiências públicas, tendo como etapas: planejamento, divulgação e execução do evento, bem como, apoio financeiro a entidades e prefeituras municipais na realização de eventos que promovam o protagonismo juvenil.</p>
<p>META 8 – 13 Estratégias</p> <p>Elevar, em regime de colaboração com a União e os Municípios, iniciativa privada e instituições de ensino superior, a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos de idade ou mais, de 87,1% (oitenta e sete inteiros e um décimo por cento) para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2021; erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional, até o final da vigência deste PEE/TO.</p>	<p>Ação: 1028 – Reforma e Ampliação de Unidades de Apoio ao Jovem</p> <p>Descrição: Levantamento das necessidades das unidades de apoio que atendem ao jovem obedecendo aos padrões de qualidade, tendo como etapas: elaboração de projetos e orçamentos, contratação, acompanhamento e recebimento final da obra.</p> <p>Ação: 2048 – Distribuição de Material Pedagógico para os Alunos da Alfabetização de Jovens e Adultos</p> <p>Descrição: Distribuição de material pedagógico para os alfabetizandos, e para subsidiar os alfabetizadores e coordenadores de turma, tendo como etapas: levantamento da demanda, aquisição e distribuição.</p> <p>Ação: 2098 – Manutenção das Unidades de Apoio ao Jovem</p> <p>Descrição: Manutenção das unidades de apoio aos jovens. Reposição de aparelhos, mobiliários em geral e instrumentos, aquisição de materiais de consumo, pagamento de despesas administrativas e outros serviços.</p>

Meta PEE/2015-2015	Ação PPA 2020-2023
	<p>Conservação das instalações físicas, elétricas e hidráulicas, acompanhamento das unidades. Realização de processo seletivo para inclusão dos jovens nas Casas do Estudante. Realização de convênios e/ou parceria.</p> <p>Ação: 2123 – Monitoramento das Turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos</p> <p>Descrição: Monitoramento das turmas de alfabetização de jovens e adultos, pelos coordenadores de turma do programa e técnicos da SEDUC.</p> <p>Ação: 2137 – Promoção e Apoio a Eventos Para Juventude</p> <p>Descrição: Realização de conferências, fóruns, audiências públicas, tendo como etapas: planejamento, divulgação e execução do evento, bem como, apoio financeiro a entidades e prefeituras municipais na realização de eventos que promovam o protagonismo juvenil.</p>
<p>META 9 – 9 Estratégias Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas da educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.</p>	<p>Ação: 1107 – Construção, Reforma e Ampliação de Unidade da Educação Profissional</p> <p>Descrição: Construção, reforma e ampliação de unidades que ofertam etapas, programas e projetos da educação profissional, obedecendo aos padrões de qualidade, tendo como etapa: elaboração de projetos e orçamentos, contratação, acompanhamento e recebimento final da obra.</p> <p>Ação: 1113 – Distribuição de Material para Estudantes Matriculados na Educação Profissional</p> <p>Descrição: Aquisição e distribuição de materiais pedagógicos, kit estudante, seguro e certificação dos estudantes das etapas, programas e projetos da educação profissional.</p> <p>Ação: 1114 – Concessão de Bolsa Auxílio aos Estudantes Matriculados na Educação Profissional</p> <p>Descrição: Concessão de bolsa auxílio aos estudantes matriculados na educação profissional, tendo como etapas: matrícula, levantamento de frequência, pagamento de bolsa e prestação de contas.</p> <p>Ação: 2048 – Distribuição de Material Pedagógico para os Alunos da Alfabetização de Jovens e Adultos</p> <p>Descrição: Distribuição de material pedagógico para os alfabetizandos, e para subsidiar os alfabetizadores e coordenadores de turma, tendo como etapas: levantamento da demanda, aquisição e distribuição.</p> <p>Ação: 2123 – Monitoramento das Turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos</p> <p>Descrição: Monitoramento das turmas de alfabetização de jovens e adultos, pelos coordenadores de turma do programa e técnicos da SEDUC.</p> <p>Ação: 2319 – Aparentamento de Unidade da</p>

Meta PEE/2015-2015	Ação PPA 2020-2023
	<p>Educação Profissional Descrição: Aparelhamento de unidades que atendam à educação profissional, tendo com etapas: levantamento de demanda, aquisição e distribuição de mobiliários, equipamentos e acervo bibliográfico. Ação: 2335 – Manutenção de Unidade da Educação Profissional</p> <p>Descrição: Manutenção de unidades que atendem as etapas, programas e projetos da educação profissional: pequenos reparos e manutenção de equipamentos e mobiliários; fornecimento de água, energia e serviços de telecomunicações, disponibilização de materiais e serviços de limpeza, dentre outros. Ação: 2343 – Apoio às Turmas da Educação Profissional</p> <p>Descrição: Atendimento às turmas das etapas, programas e projetos da educação profissional com: materiais pedagógicos e específicos para as aulas, transporte de alunos para visitas técnicas, seminários, aulas de campo e estágio. Ação: 2373 – Formação Continuada de Profissionais da Educação Profissional</p> <p>Descrição: Oferta de cursos de formação continuada aos profissionais da educação profissional, tendo como etapas: levantamento de demanda, elaboração do plano de capacitação, seleção de materiais e capacitadores, realização dos encontros e avaliação. Ação: 2374 – Monitoramento e Fiscalização das Unidades de Educação Profissional</p> <p>Descrição: Monitoramento, fiscalização e avaliação das etapas, programas e projetos da educação profissional no Estado, conforme legislação vigente. Regulação, supervisão e avaliação do ensino técnico e Estadual, em regime de colaboração com o Conselho Estadual de Educação do Tocantins. Ação: 2385 – Manutenção de Recursos Humanos dos Profissionais da Educação Profissional</p> <p>Descrição: Atendimento à remuneração dos profissionais da educação profissional, durante os meses de janeiro a dezembro, 13º salário, encargos sociais, mediante o controle de frequência do quantitativo de servidores por unidade escolar.</p>
<p>META 10 – 11 Estratégias Universalizar, a partir de 2016, a oferta do ensino fundamental e médio, no ensino regular e na modalidade de jovens e adultos, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais e unidades socioeducativas, em regime de colaboração com União e os Municípios.</p>	<p>Ação: 2048 – Distribuição de Material Pedagógico para os Alunos da Alfabetização de Jovens e Adultos Descrição: Distribuição de material pedagógico para os alfabetizandos, e para subsidiar os alfabetizadores e coordenadores de turma, tendo como etapas: levantamento da demanda, aquisição e distribuição. Ação: 2123 – Monitoramento das Turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos</p>

Meta PEE/2015-2015	Ação PPA 2020-2023
	Descrição: Monitoramento das turmas de alfabetização de jovens e adultos, pelos coordenadores de turma do programa e técnicos da SEDUC.
<p>META 11 - 9 Estratégias Garantir a abordagem da educação ambiental como dimensão sistêmica, inter, multi e transdisciplinar, de forma contínua e permanente em todos os níveis e modalidades da educação, enfatizando a natureza como fonte de vida e a relação da humanidade com o meio ambiente.</p>	-
<p>META 12 – 5 Estratégias Universalizar, até o quinto ano da vigência deste PEE/TO, a implementação das diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos na Seduc/TO, nas diretorias regionais de educação, na gestão pedagógica e administrativa das escolas e no currículo da educação básica.</p>	-
<p>META 13 – 13 Estratégias Universalizar, até o terceiro ano deste PEE/TO, em regime de colaboração com a União e os Municípios, a oferta de educação escolar indígena diferenciada, bilíngue, intercultural e comunitária, em todas as etapas e modalidades da educação básica, em conformidade com as características e especificidades de cada povo indígena.</p>	<p>Ação: 2368 – Execução do PDDE Indígena Descrição: Execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) das unidades escolares indígenas através da aquisição de materiais de consumo, na avaliação de aprendizagem da escola, na implementação de projeto pedagógico, no desenvolvimento de atividades educacionais, na realização de pequenos reparos, adequações e serviços necessários à manutenção, conservação e melhoria da estrutura física da unidade escolar, em conformidade com o Art. 4, Resolução/CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013 ou outra que a substitua.</p>
<p>META 14 – 8 Estratégias Universalizar a implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana; e diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola, alcançando 30% (trinta por cento) das escolas até o terceiro ano de vigência do PEE/TO; 70% (setenta por cento) até o sétimo ano e 100% (cem por cento) até o final deste PEE/TO.</p>	-
<p>META 15 - 15 Estratégias Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.</p>	<p>Ação: 1107 – Construção, Reforma e Ampliação de Unidade da Educação Profissional Descrição: Construção, reforma e ampliação de unidades que ofertam etapas, programas e projetos da educação profissional, obedecendo aos padrões de qualidade, tendo como etapa: elaboração de projetos e orçamentos, contratação, acompanhamento e recebimento final da obra. Ação: 1113 – Distribuição de Material para Estudantes Matriculados na Educação Profissional Descrição: Aquisição e distribuição de materiais pedagógicos, kit estudante, seguro e certificação dos estudantes das etapas,</p>

Meta PEE/2015-2015	Ação PPA 2020-2023
	<p>programas e projetos da educação profissional.</p> <p>Ação: 1114 – Concessão de Bolsa Auxílio aos Estudantes Matriculados na Educação Profissional</p> <p>Descrição: Concessão de bolsa auxílio aos estudantes matriculados na educação profissional, tendo como etapas: matrícula, levantamento de frequência, pagamento de bolsa e prestação de contas.</p> <p>Ação: 1115 – Concessão de Bolsa aos Profissionais que Atuam na Educação Profissional</p> <p>Descrição: Concessão de bolsa auxílio aos profissionais que atuam nas etapas, programas e projetos da educação profissional, tendo etapas: realização de processo seletivo, levantamento da carga horária cumprida e relatório de atividades executadas, pagamento da bolsa e prestação de contas.</p> <p>Ação: 2319 – Aparelhamento de Unidade da Educação Profissional</p> <p>Descrição: Aparelhamento de unidades que atendam à educação profissional, tendo com etapas: levantamento de demanda, aquisição e distribuição de mobiliários, equipamentos e acervo bibliográfico.</p> <p>Ação: 2335 – Manutenção de Unidade da Educação Profissional</p> <p>Descrição: Manutenção de unidades que atendem as etapas, programas e projetos da educação profissional: pequenos reparos e manutenção de equipamentos e mobiliários; fornecimento de água, energia e serviços de telecomunicações, disponibilização de materiais e serviços de limpeza, dentre outros.</p> <p>Ação: 2338 – Distribuição de Material para os Professores que Atuam na Educação Profissional</p> <p>Descrição: Aquisição e distribuição de materiais pedagógicos e kit para os professores que atuam nas etapas, programas e projetos da educação profissional.</p> <p>Ação: 2343 – Apoio às Turmas da Educação Profissional</p> <p>Descrição: Atendimento às turmas das etapas, programas e projetos da educação profissional com: materiais pedagógicos e específicos para as aulas, transporte de alunos para visitas técnicas, seminários, aulas de campo e estágio.</p> <p>Ação: 2373 – Formação Continuada de Profissionais da Educação Profissional</p> <p>Descrição: Oferta de cursos de formação continuada aos profissionais da educação profissional, tendo como etapas: levantamento de demanda, elaboração do plano de capacitação, seleção de materiais e capacitadores, realização dos encontros e avaliação.</p> <p>Ação: 2374 – Monitoramento e Fiscalização das</p>

Meta PEE/2015-2015	Ação PPA 2020-2023
	<p>Unidades de Educação Profissional</p> <p>Descrição: Monitoramento, fiscalização e avaliação das etapas, programas e projetos da educação profissional no Estado, conforme legislação vigente. Regulação, supervisão e avaliação do ensino técnico e Estadual, em regime de colaboração com o Conselho Estadual de Educação do Tocantins.</p> <p>Ação: 2385 – Manutenção de Recursos Humanos dos Profissionais da Educação Profissional</p> <p>Descrição: Atendimento à remuneração dos profissionais da educação profissional, durante os meses de janeiro a dezembro, 13º salário, encargos sociais, mediante o controle de frequência do quantitativo de servidores por unidade escolar.</p>
<p>META 16 – 15 Estratégias</p> <p>Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas no segmento público.</p>	-
<p>META 17 - 7 Estratégias</p> <p>Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores(as) do corpo docente, em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior, para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) de doutores(as).</p>	<p>Ação: 2372 – Formação Continuada dos Servidores dos Polos de Apoio Presencial à Educação a Distância</p> <p>Descrição: Ofertar cursos de formação continuada com material e metodologia específica para os servidores que atuam nos polos de apoio presencial à educação a distância.</p> <p>Ação: 2373 – Formação Continuada de Profissionais da Educação Profissional</p> <p>Descrição: Oferta de cursos de formação continuada aos profissionais da educação profissional, tendo como etapas: levantamento de demanda, elaboração do plano de capacitação, seleção de materiais e capacitadores, realização dos encontros e avaliação.</p>
<p>META 18 - 9 Estratégias</p> <p>Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 70 (setenta) mestres e 40 (quarenta) doutores(as).</p>	<p>Ação: 2372 – Formação Continuada dos Servidores dos Polos de Apoio Presencial à Educação a Distância</p> <p>Descrição: Ofertar cursos de formação continuada com material e metodologia específica para os servidores que atuam nos polos de apoio presencial à educação a distância.</p> <p>Ação: 2373 – Formação Continuada de Profissionais da Educação Profissional</p> <p>Descrição: Oferta de cursos de formação continuada aos profissionais da educação profissional, tendo como etapas: levantamento de demanda, elaboração do plano de capacitação, seleção de materiais e capacitadores, realização dos encontros e avaliação.</p>

Meta PEE/2015-2015	Ação PPA 2020-2023
<p>META 19 - 14 Estratégias Garantir, em regime de colaboração com a União e os Municípios, a formação de todos os professores da educação básica em nível superior público, obtida em curso de licenciatura na área de atuação, sendo no mínimo 80 % (oitenta por cento) nos primeiros 5 (cinco) anos e 100% (cem por cento) até o final da vigência deste PEE/TO.</p>	<p>Ação: 2062 – Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica Descrição: Oferta de cursos de formação continuada aos profissionais da educação básica, tendo como etapas: levantamento de demanda, elaboração do plano de capacitação, seleção de materiais e capacitadores, realização dos encontros e avaliação. Ação: 2064 – Formação Inicial dos Profissionais da Educação Básica Descrição: Oferta de cursos de formação em nível médio e de graduação para os profissionais da educação básica, tendo como etapas: levantamento de demanda, elaboração do plano de curso, seleção de tutores/formadores, seleção ou elaboração de materiais, formação de turmas, acompanhamento/monitoramento, avaliação e certificação.</p>
<p>META 20 – 18 Estratégias Instituir, no primeiro ano de vigência deste PEE/TO, programa de formação continuada para profissionais da educação básica, sob o gerenciamento do Estado, extensivo aos municípios, com a finalidade de sistematizar cursos demandados e ofertados, seja de iniciativa própria ou adesões a programas do MEC, estabelecendo monitoramento sistemático.</p>	<p>Ação: 2062 – Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica Descrição: Oferta de cursos de formação continuada aos profissionais da educação básica, tendo como etapas: levantamento de demanda, elaboração do plano de capacitação, seleção de materiais e capacitadores, realização dos encontros e avaliação.</p>
<p>META 21 – 19 Estratégias Implementar política pública de valorização e condições de trabalho dos profissionais do magistério da educação básica da rede pública estadual, assegurando o prazo de, um 1 (um) ano para reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR, Lei no 2.859/2014, Art. 206, da CF e Art. 67 da LDB, de forma a equiparar seu rendimento médio aos demais profissionais, com escolaridade equivalente, até o sexto ano de vigência deste PEE/TO.</p>	-
<p>META 22 – 10 Estratégias Assegurar, em regime de colaboração com a União, recursos e apoio técnico, para, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PEE/TO, efetivar a gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos e a consulta pública a comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas estaduais.</p>	<p>Ação: 1016 – Capacitação do Órgãos Colegiados Descrição: Capacitações para os membros das associações de apoio à escola/conselhos escolares e grêmios estudantis, tendo como etapas: elaboração do projeto, levantamento da demanda, capacitação e monitoramento dos órgãos colegiados.</p>
<p>META 23 – 47 Estratégias Garantir a qualidade da educação básica em todas as etapas, níveis e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias estaduais para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.</p>	<p>Ação: 2062 – Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica Descrição: Oferta de cursos de formação continuada aos profissionais da educação básica, tendo como etapas: levantamento de demanda, elaboração do plano de capacitação, seleção de materiais e capacitadores, realização dos encontros e avaliação. Ação: 2064 – Formação Inicial dos Profissionais da Educação Básica</p>

Meta PEE/2015-2015	Ação PPA 2020-2023
	<p>Descrição: Oferta de cursos de formação em nível médio e de graduação para os profissionais da educação básica, tendo como etapas: levantamento de demanda, elaboração do plano de curso, seleção de tutores/formadores, seleção ou elaboração de materiais, formação de turmas, acompanhamento/monitoramento, avaliação e certificação.</p> <p>Ação: 2109 – Manutenção dos Recursos Humanos dos Profissionais da Educação Básica</p> <p>Descrição: Atendimento à remuneração dos profissionais da educação básica, durante os meses de janeiro a dezembro, 13º salário, encargos sociais, mediante o controle de frequência do quantitativo de servidores por unidade escolar.</p> <p>Ação: 2323 – Monitoramento da Aprendizagem dos Alunos da Educação Básica</p> <p>Descrição: Monitoramento da aprendizagem dos alunos e assessoramento aos profissionais da educação básica da rede estadual de ensino realizado in loco e a distância, tendo como etapas: diagnóstico, revisão dos instrumentos, avaliação e intervenções propositivas.</p>
<p>META 24 – 28 Estratégias</p> <p>Garantir e fiscalizar a aplicação das fontes de financiamento da educação, conforme preceitua o art. 212 da Constituição Federal e demais legislações pertinentes, e ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB estadual, a partir da vigência do Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB, ao final do PEE/TO.</p>	<p>Ação: 2381 – Formação Continuada dos Servidores que Atuam nas Áreas Técnicas e Administrativas da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes</p> <p>Descrição: Oferta de cursos de formação continuada para os servidores que atuam nos departamentos técnicos e administrativos da educação, tendo como etapas: levantamento de demanda, elaboração de projeto de formação, seleção de materiais e formadores, realização e/ou promoção da participação em formações, monitoramento, avaliação e certificação.</p>

Fonte: elaborado pelo autor com base no PEE e PPA Tocantins

O Quadro 6 apresenta um demonstrativo das Metas do PEE/TO 2015-2025 e das Ações da Seduc que constam no PPA 2020-2023 e que devem colaborar para o cumprimento do Plano, uma vez que, conforme demonstrado nesse trabalho, o planejamento plurianual organiza a atuação governamental em programas e ações definidas para um determinado período e, conseqüentemente, dá suporte para que se tenha condições de atingir as metas estabelecidas.

A opção pela demonstração das referidas informações no quadro facilita a visualização das ações do período de 2016 a 2019 que deveriam dar suporte para o cumprimento do PEE/TO e mostra que, para algumas metas, não há identificação

clara de sustentação para implementação, ou seja, ações de suporte, o que dificulta o atingimento das respectivas metas.

Como no PPA 2016/2019, o PPA 2020/2023, também, deixa de prever ações para o cumprimento de praticamente todas as metas descobertas no anterior, envolvendo temas polêmicos no campo da educação sendo: educação inclusiva; educação ambiental; educação em direitos humanos; educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana; e diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola; educação superior.

De todas as metas sem ações previstas, cabe destacar a Meta 21 do PEE/TO: “Implementar política pública de valorização e condições de trabalho dos profissionais do magistério da educação básica da rede pública estadual, assegurando o prazo de, um 1 (um) ano para reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR, Lei no 2.859/2014, Art. 206, da CF e Art. 67 da LDB, de forma a equiparar seu rendimento médio aos demais profissionais, com escolaridade equivalente, até o sexto ano de vigência deste PEE/TO.” Do exposto, pode-se supor que o PPA do Estado do Tocantins não faz previsão para a implementação de política de valorização e de estabelecimento de condições de trabalho aos profissionais do magistério da educação básica da rede pública estadual.

3.4 Execução Orçamentária das Ações planejadas da Seduc – 2015-2020

Além dos PPA, podemos analisar, ainda, a execução orçamentária das planejadas ações da Seduc, tendo por base os recursos alocados por categoria econômica no período de 2015 a 2019 e execução parcial em 2020.

Tabela 1- Execução Orçamentária das ações planejadas - 2015

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	SALDO	%
Despesas Correntes	1.143.118.618,00	1.065.765.611,42	77.353.006,58	93,23
Despesas de Capital	93.363.120,00	20.867.737,31	72.495.382,69	22,35
TOTAL	1.236.481.738,00	1.086.633.348,73	149.848.389,27	87,88

Fonte: Anexo 2 ou IMPBY – SIAFEM – 12/2015

Fonte: Anexo 2 ou IMPBY – SIAFEM – 12/2015

Com base nos dados obtidos na prestação de contas anual da Seduc, disponibilizada no site do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE), é possível verificar que, em relação às despesas correntes (custeio), a execução orçamentária do ano de 2015, tecnicamente, foi satisfatória, uma vez que os desembolsos (pagos) foi da ordem de mais de 93% e presume-se que o restante fora inscrito em restos à pagar (é praxe técnico tal procedimento), esclarecendo que, nesta modalidade de execução, estão despesas como merenda escolar, folha de pagamento de professores e servidores, manutenção das instalações, despesas de transportes, distribuição de material didático, diárias e capacitações, além de outras que poderiam ser elencadas.

Com valores inferiores em relação às despesas de custeio, as despesas de capital (investimento) para o mesmo ano tiveram apenas pouco mais 22% dos valores executados, demonstrando valores baixos dada a importância e necessidade de expansão, especialmente, no que diz respeito à execução de ações na área de educação.

Tabela 2 - Execução Orçamentária das ações planejadas - 2016

Quadro 2 – Execução por categoria econômica				
CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	SALDO	%
Despesas Correntes	1.207.792.725,00	1.175.386.075,97	32.406.649,03	97,32
Despesas de Capital	92.917.515,00	27.513.861,55	65.403.653,45	29,61
TOTAL	1.300.710.240,00	1.202.899.937,52	97.810.302,48	92,48

Fonte: Anexo 2 ou IMPBY – SIAFEM – 12/2016

Fonte: Anexo 2 ou IMPBY – SIAFEM – 12/2016

No ano de 2016, podemos observar ligeira melhora nos dados de execução orçamentária se comparados ao ano anterior sendo efetivado um pouco mais de 97% dos recursos orçamentários autorizados inicialmente, inclusive na destinação inicial das despesas de custeio das ações, o que pode ser considerado esforço técnico adequado em relação à viabilização de andamento dos processos internos para execução orçamentária.

Em relação aos valores de despesas de capital, é possível observar baixo índice na execução das despesas nessa modalidade de execução, uma vez que

ocorreu abaixo de 30%, sendo possível indicar que as despesas relacionadas aos investimentos ocorreram aquém daquilo que seria necessário; e naquilo que diz respeito ao total da execução dos recursos inicialmente destinados (custeio e investimento) é possível observar execução acima de 92%, podendo ser considerada adequada do ponto de vista técnico.

Tabela 3 - Execução Orçamentária das ações planejadas - 2017

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	SALDO	%
Despesas Correntes	1.228.079.945,00	1.197.320.743,34	30.759.201,66	97,49
Despesas de Capital	156.400.674,00	44.278.932,13	112.121.741,87	28,31
TOTAL	1.384.480.619,00	1.241.599.675,47	142.880.943,53	89,67

Fonte: Anexo 2 ou IMPBY – SIAFEM – 12/2017

Fonte: Anexo 2 ou IMPBY – SIAFEM – 12/2017

Diante dos dados obtidos da prestação de contas anual feita pela Seduc, verificamos aumento nos valores iniciais autorizados para a execução orçamentária e, também, aumento no percentual de execução efetiva (pagamentos), ficando também, claro o aumento na destinação dos valores iniciais no que se refere a recursos para investimentos, sendo que o que pode ser verificado com clareza é o aumento nos percentuais nos valores executados (pagos), configurando esforço técnico em relação ao trâmite e viabilização dos processos internos. Porém, é importante salientar que, no comparativo com o ano anterior, é possível visualizar uma diminuição dos percentuais finais de execução em relação aos valores pagos, podendo ser explicado pelo aumento na destinação inicial de recursos autorizados.

Tabela 4 - Execução Orçamentária das ações planejadas - 2018

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	SALDO	%
Despesas Correntes	1.282.713.931,50	1.246.339.572,73	36.374.358,77	97,16
Despesas de Capital	119.600.742,50	41.341.902,72	78.258.839,78	34,56
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.402.314.674,00	1.287.681.475,45	114.633.198,55	91,82

Fonte: Anexo 2 (executada = empenhada) - SIAFETO - 12/2018

Fonte: Anexo 2 ou IMPBY – SIAFEM – 12/2018

Pela primeira vez durante o período em análise, é possível perceber execução efetiva dos recursos para despesas de capital (investimentos) acima do 30%, o que configura uma preocupação maior na destinação de recursos para infraestrutura escolar, além do aumento inicial de recursos anuais autorizados nas duas categorias, no que se refere ao comparativo com o ano anterior. Assim, observamos que a área da educação, pelo menos, consegue não perder destinação de recursos iniciais e manter o patamar que tem como referência os 25% da previsão de arrecadação para o exercício.

Tabela 5 - Execução Orçamentária das ações planejadas- 2019

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	SALDO	%
Despesas Correntes	1.23.010.947,00	1.300.401.412,51	22.609.534,49	98,29
Despesas de Capital	122.566.826,00	54.777.839,73	67.788.986,27	44,69
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.445.577.773,00	1.355.179.252,24	90.398.520,76	93,74

Fonte: Anexo 2 (executada = empenhada) - SIAFETO - 12/2019

Fonte: Anexo 2 ou IMPBY – SIAFEM – 12/2019

O ano de 2019 mostra uma execução maior em recursos como, também, em percentuais (98,29 e 44,69 respectivamente), especialmente, em relação às despesas de capital (investimentos).

A seguir, Tabela do demonstrativo consolidado da despesa executada por categoria econômica.

Tabela 6 - Despesa executada por categoria econômica – 2015/2019

Ano	Despesa Corrente Autorizada	Despesa Corrente Executada	(%)	Despesas de Capital Autorizada	Despesas de Capital Executada	(%)
2015	1.143.118.618,00	1.065.765.611,42	93,23	93.363.120,00	20.867.737,31	22,35
2016	1.207.792.725,00	1.175.386.075,97	97,32	92.917.515,00	27.513.861,55	29,61
2017	1.228.079.945,00	1.197.320.743,34	97,49	156.400.674,00	44.278.932,13	28,31
2018	1.282.713.931,00	1.246.339.572,73	97,16	119.620.742,00	41.341.902,72	34,56
2019	1.323.010.947,00	1.300.401.412,51	98,29	122.566.826,00	54.777.839,77	44,69
Total	6.184.716.166,00	5.985.213.415,97	96,77*	584.868.877,00	188.780.273,48	32,28*

(*) Refere-se à média no período

Fonte: SIAFETO/SEFAZ, (2020)

Tabela 7 - Execução das despesas no ano de 2020 (Acumulado janeiro a agosto)

Ano	Despesa Corrente Autorizada	Despesa Corrente Executada	(%)	Despesas de Capital Autorizada	Despesas de Capital Executada	(%)
2020	794.346.781,39	769.399.277,90	96,85	123.353.198,73	59.473.965,82	48,21

Fonte: SIAFETO/SEFAZ, (2020)

Os dados acima expostos demonstram equilíbrio entre todos os anos no que se refere à execução das ações planejadas e executadas em relação às despesas correntes. Em relação às despesas de capital, ano a ano vem demonstrando crescimento no percentual executado, o que nos faz perceber um aumento no contexto de ações relacionadas à infraestrutura, ou seja, às construções e ao aparelhamento, o que de fato traz melhoria nas condições de estudo para professores e alunos.

No ano de em curso (2020), no acumulado da execução das ações planejadas, fica novamente comprovado o equilíbrio em relação aos percentuais obtidos nos anos anteriores em relação às despesas correntes (custeio) e, novamente, confirma-se aquilo que foi citado acima em relação às despesas de capital (investimento) com melhoria do percentual, demonstrando tendência de elevação em relação aos recursos para infraestrutura educacional de modo geral.

Por meio da verificação dos dados consolidados obtidos, podemos indicar que há uma constância no que se refere à execução das ações planejadas, bem como em relação à execução dos recursos aportados.

Observando os PPA e as execuções orçamentárias, é possível levantar a hipótese de que as Metas do PEE/TO estejam sendo implementadas. Todavia, é uma hipótese, pois, embora a Lei do Plano Estadual disponha sobre o

monitoramento contínuo, passados mais de 5 anos de sua aprovação, não há nenhuma divulgação dos resultados do monitoramento e das avaliações:

Art. 4º A execução do PEE/TO e o cumprimento de suas metas são objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria da Educação;

II- Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins;

III - Conselho Estadual de Educação - CEE/TO;

IV - Fórum Estadual de Educação - FEE/TO.

§1º Compete às instâncias relacionadas neste artigo:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais na internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§2º Incumbe ao FEE/TO, ao longo do período de vigência deste PEE/TO, publicar a cada dois anos, estudos destinados a aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo Único a esta Lei, com informações organizadas por metas e consolidadas em âmbito estadual, tendo como referência as pesquisas de que trata o art. 3º, inciso II, desta Lei, sem prejuízo de outras fontes e informações relevantes.

No entanto, tomando como referência o Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de 2020, que apresenta resultados do país, portanto, de todos os municípios e estados, a situação é desafiadora:

O maior desafio reside na **conclusão do ensino fundamental na idade recomendada**, pois somente 78% dos adolescentes aos 16 anos chegaram a concluí-lo. A Meta 2 do PNE desafia que 95% dos jovens de 16 anos cheguem ao final do ensino fundamental de nove anos até 2024. **A análise tendencial sugere que, no ritmo atual, essa meta não será alcançada, sendo necessário triplicar a velocidade de melhora do indicador.** As desigualdades regionais e sociais, nesse indicador, ainda são expressivas. **O acesso escolar dos jovens de 15 a 17 anos não foi universalizado até 2016, como preconiza a Meta 3 do PNE.** Com 93% desses jovens frequentando a escola em 2019, o Relatório evidencia a exclusão de cerca de 680 mil jovens da escola e uma melhora lenta do indicador de cobertura dessa população nos últimos sete anos, **sem redução expressiva das desigualdades regionais e sociais. Ressalta-se que cerca de 1,9 milhão de jovens de 15 a 17 anos que frequentam a escola ainda estão matriculados no ensino fundamental, o que mostra a forte retenção praticada nas escolas brasileiras. Isso coloca o Brasil longe da meta do PNE de, até 2024, ter pelo menos 85% da população de 15 a 17 anos frequentando o ensino médio. Em 2019, esse indicador alcançou 73% dos jovens e apresentou expressivas desigualdades regionais e sociais.** (<https://central3.to.gov.br/arquivo/521752/Acesso>: 13/11/2020). (Grifos nossos).

Em síntese, as metas referentes ao ensino fundamental e ensino médio, de responsabilidade dos estados, apresentam enormes desafios.

4 DOCUMENTO TÉCNICO – CONTRIBUIÇÕES À IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS: A IMPORTÂNCIA DE ACOMPANHAR O PROCESSO E VERIFICAR OS RESULTADOS

Tomando como referência a pesquisa bibliográfica e documental, neste Documento Técnico, temos por objetivo apresentar contribuições à implementação do PEE/TO.

A educação com qualidade social e a democratização da gestão implicam, também, processos que necessitam constantemente serem revisados, de modo a favorecer o desenvolvimento e a apreensão de saberes científicos, artísticos, tecnológicos, sociais e históricos, compreendendo as necessidades do mundo do trabalho, os elementos materiais e a subjetividade humana. Nesse sentido, tem-se como concepção político-pedagógica a garantia dos princípios constitucionais do ensino (BRASIL, 1988, art. 205 e 206), notadamente, da garantia do direito à educação, da qualidade social e da gestão democrática.

Embora ocorra em todas as sociedades, a educação não se apresenta de forma única. O que há, de fato, são educações, porque as experiências de vida dos homens, suas necessidades e condições de trabalho, são diferentes. Ao longo da história, em momentos e em sociedades determinadas, “o homem criou instituições encarregadas de transmitir certas formas de educação e de saber. Então surgiram as Escolas, contudo, nem assim, a educação se dá de forma única, variando de uma escola para outra” (NOVA ESCOLA, 2017, p. 1).

A educação é um direito fundamental que ajuda não só no desenvolvimento de um país, mas, também, de cada indivíduo. Sua importância vai além do aumento da renda individual ou das chances de se obter um emprego.

Muitas escolas não têm a infraestrutura adequada para o aprendizado, o que é considerado pelos especialistas um dos fatores que contribuem para o desestímulo dos alunos. As regiões Norte e Nordeste são as mais afetadas; muitas não possuem salas de leitura, bibliotecas ou acesso à *internet*, o que dificulta o desenvolvimento e incentivo a tecnologias educacionais que poderiam ser grandes aliadas de professores e alunos.

No período de 2007 a 2014, foi mantida a tendência de declínio das taxas de analfabetismo e de crescimento da taxa de escolarização do grupo etário

de 6 a 14 anos e do nível de educação da população. O diferencial por sexo persistiu em favor da população feminina (NOVA ESCOLA, 2017, p. 2).

O nível de instrução, segundo a reportagem da revista Nova Escola (2017, p. 2),

Cresceu de 2007 para 2014, sendo que o grupo de pessoas com pelo menos 11 anos de estudo, na população de 25 anos ou mais de idade, passou de 33,6% para 42,5%. O nível de instrução feminino manteve-se mais elevado que o masculino. Em 2014, no contingente de 25 anos ou mais de idade, a parcela com pelo menos 11 anos de estudo representava 40,3%, para os homens e 44,5%, para as mulheres.

São 48,8 milhões de alunos na Educação Básica, sendo que 39,8 milhões estão matriculados na rede pública de ensino. Para atender todos os alunos, o Brasil tem 186 mil escolas e cerca de 2,2 milhões de docentes espalhados pelo país (NOVA ESCOLA, 2017, p. 2).

No Tocantins, para a implantação do PEE 2015-2025, toda a estrutura de atuação técnica deve ser baseada no conteúdo da Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015 (DOE nº 4.411), em que foram definidas 24 metas, sendo que cada uma delas possui suas próprias estratégias.

Compreendemos dois elementos como fundamentais para a implementação do referido Plano de Educação: o monitoramento contínuo e a avaliação periódica, como previstos no PNE (BRASIL, 2014, art. 5º) e no próprio PEE (TOCANTINS, 2015, art. 4º).

Segundo advogam Menezes e Souza (2018, p. 11), em que pese o caráter normativo e gerencialista que o monitoramento e a avaliação, inicialmente, expõem no campo das políticas públicas no Brasil, discutimos também **a possibilidade de sua resignificação, de modo a que assumam valor não apenas para a reformulação das decisões, mas, sobretudo para a democratização da gestão pública** (RAMOS, 2009). Nesse último caso, **com vistas à sua fundamentação na participação popular e na politização** (SOUZA, 2009). (Grifos nossos).

Assim fica evidenciada a importância do monitoramento e da avaliação para que possamos repensar as políticas educacionais, fazendo com que os números obtidos possam ser avaliados fundamentados na realidade existente, uma vez que para isso é necessário que o ambiente esteja preparado e com autonomia para a tomada de decisões e, posteriormente, possa dar continuidade por meio das mudanças, possibilitando, assim, adequar ao necessário, ou seja, um sistema educacional alinhado à realidade.

Pressupõe, ainda, considerar **o monitoramento e a avaliação** como um **processo interativo e negociado, inerente à política educacional avaliada** (BORDIGNON, 2014; BONAMINO, FRANCO, SOUSA, MAIA, 2006), configurando-se, portanto, não como **um componente externo ao planejamento, mas como um dos seus mecanismos internos** (KIPNIS; ALGARTE, 2001); (Grifos nossos).

Ainda nesse contexto, o **monitoramento** pode tender para uma **mudança de postura, da forma de pensar, elaborar e implementar políticas públicas** por tratar-se de uma ação governamental de extrema importância no que diz respeito à **democratização**, visto que a lei de criação do PNE passou por todas as fases necessárias e devidamente negociadas, fatores que contribuem para que, sempre que necessário, seja utilizado para discussões que necessitem grande participação das mais diversas classes e entidades representativas, segundo Menezes e Souza (2018). (Grifos nossos).

Não por acaso, **a avaliação das políticas públicas vem suscitando amplo debate em torno do seu uso e finalidades** (FARIA, 2005). Nesses termos, é possível observar ações avaliativas cujos recursos analíticos se voltam: para o **impacto de uma determinada política**, no sentido da **quantidade de mudanças que ela veio a implicar**, de modo a aferir sua efetividade; para a consecução dos seus objetivos e estratégias de implantação, **com vistas ao ajuizamento da sua eficácia**; ou, mesmo, para a verificação das relações entre os seus custos e benefícios, visando à **mensuração da eficiência gerencial e/ou operacional da política** (ARRETCHE, 1998; BELLONI, MAGALHÃES, SOUSA, 2001; DRAIBE, 2001). (Grifos nossos).

O ponto de vista dos autores citados demonstra a importância do monitoramento e da avaliação do PEE no sentido de acompanhar o **processo** e verificar os **resultados**, que se transformarão em políticas públicas, que, por sua vez, serão apresentadas em documentos técnicos, relatórios com cruzamento de dados que se transformarão em informações sem cunho político-partidário, baseados nas normas existentes, devendo expressar a realidade em relação a todo o contexto que envolve a educação no estado e, conseqüentemente, contribuindo com a educação do país.

Além dos pesquisadores, a Lei do PEE/TO, também, estimula o acompanhamento e a avaliação da implementação do Plano e, de modo democrático, quando preceitua as conferências como espaços para essa ação. Em

outra palavras, não se assenta em uma concepção gerencialista, realizada por técnicos especialistas em planejamento, monitoramento e avaliação. Em seu artigo 5º, determina que o estado promova a realização de, pelo menos, duas conferências estaduais de educação, até o final do decênio, precedidas de conferências regionais e municipais, que deverão ser articuladas e coordenadas pelo Fórum Estadual de Educação do Tocantins, visando “I – Acompanhar a execução do PEE-TO e o cumprimento de suas metas; e II – Promover a articulação das conferências estaduais de educação com as conferências regionais e municipais que as precederam”.

Reiteramos, assim, a importância do monitoramento e da avaliação do PEE-TO, como inerentes à política educacional para garantir a implementação das metas e de suas estratégias, não apenas com eficiência e eficácia, mas, também, com efetividade e relevância social. Isto, observando sempre todos os aspectos formais necessários ao processo, contudo, sem desconsiderar a participação popular e a politização das discussões, democratizando a gestão pública para não reportar à concepção normativa e gerencialista de planejamento.

Entendemos que a implementação de um Plano deve ser iniciada por seu conhecimento, ou seja, todos os profissionais envolvidos, além de terem participado de sua elaboração, devem conhecer o documento final.

A sociedade/comunidade a ser atendida, também, deve ser envolvida por meio de conselhos e/ou associações, grêmios estudantis e outros espaços e mecanismos de participação, em que os cidadãos possam acompanhar, participar da avaliação e fiscalizar a execução das metas e a aplicação dos recursos alocados.

Essa implementação exige, também, uma estrutura operacional coesa no território tocantinense para que cada região administrativa da Secretaria da Educação tenha pleno conhecimento do Plano. Portanto, todos devem ter conhecimento do que se pretende, ou seja, dos objetivos, metas e estratégias do PEE, para a descentralização da gestão das ações e dos recursos.

A implementação do Plano deve pautar-se, ainda, pela educação universal, de qualidade social, com gestão democrática. É necessário, também, que o docente seja valorizado, considerando formação, remuneração, condições de trabalho, plano de carreira; esteja preparado intelectual e emocionalmente, com uma conduta profissional baseada na ética.

Nessa perspectiva, Moran (2000, p. 14) salienta que são três as variáveis necessárias para a educação de qualidade:

Uma organização inovadora, aberta, dinâmica, com um projeto pedagógico coerente, alerta, participativo; com infraestrutura adequada, atualizada, confortável; com tecnologias acessíveis, rápidas e renovadas. Uma organização que congregue docentes bem preparados intelectual, emocional, comunicacional e eticamente; bem remunerados, motivados e com boas condições profissionais, onde haja circunstâncias favoráveis a uma relação efetiva com alunos que facilite conhecê-los acompanhá-los, orientá-los.

Nesse processo de implantação, deve-se pensar desde a erradicação do analfabetismo, superação das desigualdades educacionais dando ênfase à promoção da cidadania, melhoria da educação pública, garantia de aporte de recursos públicos, ao atendimento às necessidades de expansão com qualidade e equidade, promoção do respeito aos direitos humanos, fortalecimento efetivo da participação da família nas políticas pedagógicas da escola.

O desenvolvimento da educação é a base para construção do conhecimento, que deve ser de acesso a todos gratuitamente sem distinção de classe social. É a partir do conhecimento que a sociedade passa a questionar e buscar respostas para a melhoria do ambiente social, tornando-se atuante no contexto político social, aprimorando o senso de criticidade, tornando-se mais participante. É a educação uma das ferramentas mais necessárias para entendermos nosso papel perante a sociedade. Não somente uma ferramenta que nos ensine a ler, escrever e resolver equações matemáticas, mas, sim, que nos faça perceber o quão importantes somos para formação social, o quão somos capacitados para buscar nossos direitos, o quão ela nos torna pensadores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, vinculado à linha de Pesquisa Currículos Específicos de Etapas e Modalidades de Educação do PPGE/UFT, com o **título** 'Planejamento no campo da educação e discussões sobre a implementação do Plano Estadual de Educação do Tocantins', teve por **objetivo geral** compreender o processo de planejamento no campo da educação e aspectos da implementação do Plano Estadual de Educação do Tocantins no período de 2015 a 2020.

Em se tratando dos marcos históricos e normativos do processo de organização/institucionalização e planejamento da educação nacional, verificamos que durante o período jesuítico foi implantado um modelo educacional que refletiu durante muito tempo na educação do Brasil, tendo forte influência da igreja e, após a expulsão dos jesuítas, houve um período sem um modelo definido de escola estruturada para sequência das políticas educacionais, uma vez que, a partir daí, tornam o professor uma figura central no processo educacional, criando as aulas régias ministradas por docentes concursados a partir de suas casas, tendo por base um modelo existente em Portugal.

Com a chegada da família real ao Brasil em 1808, juntamente, chegaram cerca de 60 mil livros, que mais tarde, deram origem à Biblioteca Nacional e a presença da coroa ocasionou a destinação de recursos para a área da educação, culminando na criação das primeiras escolas de ensino superior em nosso território, mesmo que o foco inicial seria formar os filhos da nobreza portuguesa e da aristocracia brasileira, o que nos possibilita conjecturar que nossa educação nasce apenas para alguns privilegiados, o que demonstra que, se levarmos em consideração os marcos históricos, teóricos e normativos, as informações demonstram que o processo é recorrente, amplo, complexo e incerto e que, desde sempre, quem sai prejudicada é a população mais necessitada.

No que diz respeito a importância do planejamento, com sua introdução na administração pública, os planos foram inicialmente elaborados visando atender as necessidades surgidas devido à expansão das grandes cidades e, posteriormente, a necessidade de planejar e gerenciar os recursos existentes de maneira eficiente e eficaz, então buscando atender as necessidades da coletividade essa ferramenta foi colocada no centro dos setores governamentais para traçar planos que possibilitassem visualizar o futuro e antever os resultados a serem alcançados.

Ainda, o planejamento estratégico colabora para que se busque traçar as formas mais adequadas para a execução das ações, visto que, para colocar em prática o que foi planejado, deve-se levar em consideração o ambiente, os recursos existentes e, principalmente, as limitações existentes, humanas e tecnológicas. Nessa perspectiva, diante das vantagens que a ferramenta nos proporciona, é necessário gerenciar os recursos existentes, pois eles se mostram escassos, especialmente quando levamos em consideração as políticas educacionais.

Assim, a elaboração do presente trabalho demonstra que nossa evolução foi enorme, tanto em experiência como em conhecimento, pois, proporcionou entender que a educação em nosso País está desatualizada, não por ações atuais (atualmente ao que parece, procuram piorar ainda mais a situação), mas porque historicamente, especialmente, quando da normatização em vias de ser elaborada, aprovada ou publicada, aconteciam fatos que colaboravam para que não ocorresse, fazendo assim valer interesses da elite dominante que sempre esteve muito próxima à tomada de decisões e, quando da estruturação de políticas públicas educacionais fundamentadas (como é o caso do PNE 2014-2024) surgem interesses em desfazer ou inviabilizar as ações (caso da EC 95/2015).

Em relação às orientações nacionais para o processo de elaboração e implementação do Plano Estadual de Educação, os estados têm por obrigação seguir o direcionamento nacional, uma vez que o PNE exigiu dos entes federados e da sociedade civil em geral articulação e colaboração, na elaboração e implementação dos planos estaduais, distrital e municipais, assim como para o cumprimento de suas metas. Um fato histórico e fundamental no país, pois a consonância gera o envolvimento dos entes federados com a educação em âmbito nacional, estadual e municipal com objetivos comuns. Fica demonstrado, então, que educação não se faz com suposições, mas com planejamento, organização, infraestrutura adequada, valorização dos profissionais, monitoramento e avaliação, tudo com aprofundamento do olhar crítico.

Sobre as ações previstas nos PPA do Tocantins, 2016-2019 e 2020-2023, para a implementação do PEE/TO – 2015-2020, é possível inferirmos que não se tem clareza para identificar, na totalidade, quais ações dão suporte para algumas metas, ficando difícil a identificação imediata, o que deveria acontecer, uma vez que o PPA é o principal instrumento governamental apoiador das políticas públicas e é elaborado pela equipe técnica da SEDUC, levando como base o contexto específico

de coleta das informações necessárias para sua elaboração, visando ao atendimento pleno de todas as atividades meio e fim. Isto é, todo o suporte para o pleno cumprimento de todas as metas do PEE, por meio do esforço administrativo, da alocação dos recursos e, conseqüentemente, da execução orçamentária.

Quanto ao monitoramento e avaliação do PEE/TO, nossa pesquisa propôs-se a apresentar um arcabouço teórico e documental quanto a temática, mas, sobretudo apresentar/defender uma posição sendo: 'a implementação do Plano deve ser pensado em seu **processo** como um todo, por meio do acompanhamento contínuo e da avaliação, não apenas serem apreendidos seus resultados; que esse processo seja inerente à política educacional do Tocantins; que as metas e estratégias sejam implementadas com eficiência, eficácia, efetividade e relevância social; que o monitoramento e a avaliação agreguem a participação popular e a politização das discussões, democratizando a gestão pública; que esse processo **rompa com a concepção normativa e gerencialista de planejamento**.

Por fim, desenvolver este trabalho nos trouxe profundo conhecimento acerca da luta histórica e da importância do planejamento para a realização das políticas públicas. Fica aqui nossa colaboração para que possamos ter maior conhecimento da situação e da forma como são elaboradas e executadas as políticas públicas e da necessidade de acompanhamento e avaliação constante da situação existente.

REFERÊNCIAS

- AMBONI, Nério. O processo de planejamento estratégico: um roteiro básico. **Apostila de orientação dos estudos no curso de mestrado UDESC**. Florianópolis. 2001.
- ANSOFF, H. Igor. **Implantando a administração estratégica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1993.
- ARANDA, M A. de M. (Orgs). **Política e Gestão da Educação Básica: desafios à alfabetização**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2014.
- AZANHA, J. M. P. Planos e políticas de educação no Brasil: alguns pontos para reflexão. In: MENESES, João Gualberto Carvalho et al. **Estrutura e funcionamento da educação básica: leituras**. São Paulo: Pioneira, 1998. p. 102-123.
- AZAVEDO, Rodrigo. A história da Educação no Brasil: uma longa jornada rumo à universalização. **Gazeta do povo**, 01 mar. 2020. Educação. P.1-17.
- BARNEY, J. B.; HESTERLY, W.S. **Administração Estratégica e vantagem competitiva: conceitos e casos**. 3. Ed. São Paulo: Person Prentice Hall. 2011.
- BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ.** São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.
- BOSI, Alfredo. A educação e a cultura nas Constituições brasileiras. In: Brasil. **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987. p. 208-218.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988. Brasília**. DF: Câmara dos deputados, 2005. 437p.
- _____. **Lei nº 9.394/96** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%209.394-1996?OpenDocument. Acesso em: 03 de jan. 2020.
- _____. PDE. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.
- _____. Ministério da Educação. **Avaliação do Plano Nacional de Educação**. Brasília: Inep, 2010.
- _____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 8.035**. Institui o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020. Brasília, 2010. Disponível em www2.camara.leg.br. Acesso em: 18 de janeiro de 2020.
- _____. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa**. Formação do professor alfabetizador: caderno de apresentação. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012b. 40 p.

_____. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa.** Toda criança alfabetizada até 8 anos. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2012d. Disponível em: Acesso em: 2 de fev.2019.

_____. Fórum Nacional de Educação. **O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação:** Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração. Brasília: MEC, 2013.

_____. **Lei nº 13.005.** Institui o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF, 2014a. Disponível em: www2.camara.leg.br. Acesso em: 05 mai. de 2020.

_____. **O Plano Municipal de Educação** – Caderno de Orientações. Brasília: MEC/ SASE, 2014b.

_____. **Consonância dos Planos Municipais ao Plano Nacional de Educação – PNE 2014/2024.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: pne.mec.gov.br. Acesso em: fev. de 2020.

_____. **Emenda Constitucional nº 95**, de 15 de Dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para Instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 21 nov. 2019.

_____. **Construindo Indicadores Educacionais nos Municípios.** Brasília: MEC, 2016b. Disponível em: pne.mec.gov.br. Acesso em: 15 mar. 2020.

_____. **Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE Biênio 2014-2016.** Brasília: Inep, 2016c.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018** – Brasília, DF: INEP, 2018, 460 p.

CAMURRA, Luciana. **Escola Pública: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e o Direito à Educação.** Novembro de 2008, UNIOESTE, Campos Cascavel. Disponível <http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/4/Artigo%2015.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração.** 4. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1993.

_____. **Introdução à Teoria Geral da Administração.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativos, quantitativos e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, n.116, jun. 2002. p.245 AZANHA, José Maria Pires. **Políticas e Planos de Educação no Brasil: Alguns pontos para reflexão**. Cad. Pesq, São Paulo, n. 85, p. 70-78, maio. 1993. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/943.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Administrando em tempos de grandes mudanças**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1995.

DOCUMENTO REFERÊNCIA CONAE, 2014. Ministério da Educação. Fórum Nacional de Educação. **O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração**. Brasília, 2014. Disponível em: conae2014.mec.gov.br. Acesso em: 10 fev. 2020.

DOMINGOS MARTINS -ES. **PME Município de Domingos Martins** em: <http://www.domingosmartins.es.gov.br/plano-municipal-de-educacao> Acesso em: 20 nov. 2019.

DOURADO Luiz Fernandes. Plano Nacional da Educação como Política de Estado: antecedentes históricos, avaliação e perspectivas. In: **Brasil. Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. Brasília: UFG, 2011. p. 17-59.

FÁVERO, O. A educação no Congresso Constituinte de 1966-67: contrapontos. In: _____ . **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 2000. p. 241-253.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p. ISBN 978-85-385-4198-1.

FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises**. Brasília: Líber Livro, 2006. p. 21-50.

GIACOBBO, M. O desafio da implementação do planejamento estratégico nas organizações públicas. **Revista do TCU**, Brasília, v. 28, n. 74, out./dez. 1997.

GAIO, R.; CARVALHO, R.B.; SIMÕES, R. Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão. In: GAIO, R. (org.). **Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento**. Petrópolis, Vozes, 2008.

GESTÃO FINANCEIRA. **Revista Nova Escola**. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/gestao-financeira448591.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2020.

HORTA. José. Silvério Baía. Plano Nacional de Educação: da tecnocracia à participação democrática. In: CURY, Carlos Roberto Jamil et al. **Medo à liberdade e compromisso democrático: LDB e Plano Nacional de Educação**. São Paulo: Editora do Brasil, 1997.

LAGARES, R. **Organização da educação municipal no Tocantins: entre a conservação de redes e o processo efetivo de institucionalização de**

sistemas. UFG. Faculdade de Educação. Goiânia, 2008.

LAGARES, R. A Educação Municipal no Brasil a partir dos anos 1980: Mudanças no Campo das ideias, das práticas e da institucionalização. Reunião Nacional da Anped. 2010.

LIMA; T. C. S.; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp., 2007.p. 37-45.

MAGALHÃES, S. M. O.; ALBINO, L. C. A pesquisa qualitativa nas produções acadêmicas sobre professores do programa de pós-graduação em educação da UFG. In: **Anais do XIX Simpósio de Estudos e Pesquisas**. 2010. Disponível em: https://anaisdosimposio.fe.ufg.br/up/248/o/1.4.__4_.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

O MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova(1932). **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584.

MINTZBERG, Henry. A queda e a ascensão do planejamento estratégico. **Exame**, São Paulo, n. 19, p. 70-72, set. 1994.

MOMMA, A. M., Cardoso, L. D., & Bryan, N. A. P. Políticas públicas: para quem e para que projeto político-social?. In E. M. Lima (org.), **Políticas públicas de educação-saúde: reflexões, diálogos e práticas**. Campinas, SP: Editora Alínea. 2009, p. 19-27.

MORAN, José Manuel Masetto. **Novas tecnologias e mediação pedagógicas**. São Paulo: Papirus editora, 2000.

MORIN, Edgar. **Ideias contemporâneas**. Entrevistas ao Le Monde. São Paulo: Ática, 1989.

NOVA ESCOLA: **Revista do Ensino Fundamental**, por Redação Educabrazil, em Educabrazil. São Paulo. Midiamix. 2009. Disponível em: <https://www.educabril.com.br/nova-escola-revista-do-ensino-fundamental/> Acesso em: 03 fev. 2020

A HISTÓRIA da Educação no Brasil: uma longa jornada rumo à universalização. Especial para **Gazeta do Povo**. – Curitiba, PR, 2018.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

PÁDUA, E. Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. Campinas, SP: Papirus, 2004.

REZENDE, D. A. Planejamento Estratégico Para Organizações Privadas E Públicas:

guia prático para elaboração do projeto de plano de negócios. Google Books, Rio de Janeiro: Brasport, 2008. Disponível em: Acesso em: 11 jan. 2020.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes. Tradição e modernidade na educação: o processo constituinte de 1933-34. In: FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas Constituintes brasileiras 1823-1988.** 2.ed. Campinas, SP; Autores Associados, 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** 23. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema.** São Paulo: S Saraiva, 1975.

_____. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação:** por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 1998.

_____. **Sistemas de ensino e planos de educação:** o âmbito dos municípios. Educação & Sociedade, XX (69), dezembro, 1999, p. 119-136.

_____. **Educação brasileira: estrutura e sistema.** 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação,** Campinas, v. 15, n. 44, mai./ago. 2010.

_____. **Educação brasileira: Estrutura e Sistema.** 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, Fátima; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **PERSPECTIVA,** Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005.

VIEIRA, Sofia Lerche; ALBUQUERQUE, Maria Gláucia Menezes. **Política e planejamento educacional.** 3.ed. revista e modificada. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

VALENTE, I; ROMANO, R. PNE: Plano Nacional de Educação ou carta de intenção? **Educação & Sociedade,** Campinas, v. 23, n. 80, p. 97-108, set. 2002.

VASCONCELLOS FILHO, Paulo de; FERNANDES, Marcos Antônio da Cunha. **Planejamento estratégico:** vantagens e limitações. Fundação JP, v. 9, n. 12, p. 880-896, dez. 1979.

_____. **Planejamento estratégico:** formulação, implantação e controle. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1982.

TOCANTINS, **Lei Estadual nº 2.977** de 08 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação e adota outras providências. 2015.

_____. **Lei Estadual nº 3.051**, de 21 de dezembro de 2015. Institui o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o quadriênio 2016-2019. 2015.

_____. **Portaria/SEDUC nº 954**, de 16 de abril de 2019, cria a Unidade Técnica Executiva de Acompanhamento e Monitoramento da Execução do Plano Estadual de Educação do Tocantins – PEE-TO (UTE/SEDUC-AMEPEE-TO). 2019.

_____. **Lei Estadual nº 3.609** de 18 de dezembro de 2019. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020, e adota outras providência. 2019.